

Direitos humanos em alerta

A pressão de setores conservadores em torno do III Plano Nacional de Direitos Humanos fez com que o presidente Lula assinasse o decreto n.º 7.177, retirando pontos como o impedimento da ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos e o incentivo à legalização do aborto. Também sofreram alterações as propostas de regramento dos meios de comunicação, a criação da Comissão da Verdade para investigar crimes políticos durante a ditadura e a previsão de audiência de uma câmara de reconciliação antes da reintegração de posse de propriedades invadidas. O JU conversou com especialistas que analisam o que está por trás de tanta polêmica.

Página Central

MEDICINA

Pílulas para o intelecto

O sucesso no trabalho ou na faculdade pode estar, para muitos, na farmácia. Os medicamentos com efeito estimulante são protagonistas de uma problemática que envolve estudantes, profissionais, psiquiatras e pedagogos. Conhecido popularmente como Ritalina, o metilfenidato tem uso terapêutico consolidado em casos de déficit de atenção e hiperatividade, transtornos que, tratados com acompanhamento médico, apresentam melhora significativa. O perigo está na automedicação. “Quem usa essa substância está sujeito a sérios riscos que não podem ser monitorados sem avaliação médica”, afirma o psiquiatra Rafael Kaplam. **P11**



CAMPANHAS ELEITORAIS

Procura-se um vice

A corrida eleitoral já começou, e junto com ela as negociações que definem a formação de alianças. Para conquistar o sucesso nas urnas, as coalizões partidárias se mostram cada vez mais necessárias, pois nenhuma legenda no país possui mais do que 20% do total de votos. E parte dessa aproximação se deve à escolha do vice. Vários são os critérios utilizados para decidir qual o melhor parceiro. Está em jogo, por exemplo, a sua capacidade de arrematar os votos de determinada região ou, então, de ampliar o tempo de propaganda gratuita na tevê. Mas é importante não deixar os aspectos ideológicos de lado. Uma escalação errada no time pode colocar a perder uma candidatura promissora. **P5**

OMC

Guerra do algodão

O contencioso do algodão parece finalmente ter fim: depois de anos tramitando pelos órgãos da OMC, o Brasil foi autorizado a aplicar medidas de retaliação ao comércio dos Estados Unidos. O excesso de subsídios concedidos aos algodoeiros norte-americanos prejudica os produtos agrícolas concorrentes, causando prejuízos econômicos. A disputa serviu não apenas como um exemplo, mas como elemento de pressão; mostrou que países em desenvolvimento podem defender com sucesso suas vantagens competitivas no comércio mundial. **P10**

PESQUISA

Instituto investiga hormônios e saúde da mulher

Página 7

ENTREVISTA

Psiquiatra estuda causas do suicídio entre os inuit no Canadá

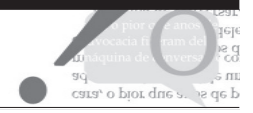
Página 13

ACESSIBILIDADE

As dificuldades que os deficientes enfrentam na UFRGS

A Universidade ainda está pouco adaptada às necessidades dos deficientes físicos, visuais e auditivos do ponto de vista tanto arquitetônico quanto da dinâmica dos cursos. Algumas mudanças foram feitas a partir dos pedidos de alunos e servidores com deficiência, mas ainda há muito por fazer. São evidentes e comuns, por exemplo, os obstáculos físicos aos cadeirantes, principalmente as escadarias sem a alternativa de rampas com inclinação adequada e as portas estreitas que não permitem a passagem de estudantes como Pedro Alberto Farias (foto), que enfrenta problemas diários para assistir as aulas no Curso de Música no prédio do Instituto de Artes. **P6**





Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

Abrindo portas e caminhos

A Universidade é uma instância de crescimento e de futuro. Enquanto oferece inúmeros percursos formativos, descortina horizontes e aponta caminhos acadêmicos. Nesse sentido, importantes atividades realizadas nas últimas semanas materializaram a capacidade da UFRGS de compartilhar suas realizações acadêmicas com a comunidade interna e externa.

Iniciando pela fundamental interface com o ensino médio, a UFRGS abriu suas portas no dia 15 de maio para uma já tradicional e aguardada atividade. Foram recebidos milhares de estudantes provenientes de escolas de mais de 20 municípios em praticamente todas as unidades acadêmicas. Visitas a laboratórios e bibliotecas, assistência a demonstrações e palestras sobre cursos, caminhadas pelos diversos espaços dos câmpus. A avaliação, ainda preliminar, aponta para o sucesso do evento que

proporciona à sociedade gaúcha – e principalmente aos estudantes de ensino médio, muitos destes nossos futuros calouros – conhecer uma das melhores universidades brasileiras.

Mudando o foco e transitando pela área acadêmica, realiza-se, entre os dias 26 e 28 deste mês, o 6.º *Salão de Ensino*. Neste ano, a interação entre o ensino presencial e a distância, na perspectiva da diluição das fronteiras entre as duas modalidades, extrapola a graduação e alcança a pós-graduação. Pela primeira vez a Prograd, a Sead e a Propg organizam esse evento para valorizar experiências inovadoras e fortalecer a integração entre os diferentes níveis de formação. É uma ação concreta da integração acadêmica, tão necessária em tempos de novos paradigmas para o ensino superior.

Estendendo o olhar para mais além dos limites institucionais, temos o desafio

da internacionalização acadêmica. Nos dias 29 e 30 de abril passado, realizou-se o primeiro evento da *Cooperação Brasil-Alemanha na UFRGS*, que contemplou a temática “Sustentabilidade, Tecnologia e Inovação”. Na construção de uma política de internacionalização, é importante que sejam reafirmados os laços e as parcerias históricas que foram estruturais na qualificação de quadros docentes e de pesquisa – caso da intensa cooperação entre várias unidades acadêmicas e instituições alemãs.

Assim caminha a UFRGS, baseada no conhecimento mútuo, na confiança e no desejo de construir coletivamente. Posturas que embasam a interação da nossa Universidade com a sociedade para a qual abre suas portas, a articulação acadêmica, que mescla as diversas experiências de ensino no Salão, e a política de internacionalização.

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Flávio Porcello

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497

Conselho Editorial
Cassiano Kuchembecker Rosing, Cesar Zen Vasconcelos, Daltro José Nunes, Edson Luiz Lindner, Fernando Cotanda, Flávio Porcello, Maria Heloisa Lenz, Maria Henriqueta Luce Kruse, Ricardo Schneiders e Rudimar Baldissera

Editora-chefe
Ánia Chala
Repórteres
Caroline da Silva e Jacira Cabral da Silveira
Projeto gráfico
Juliano Brunl Pereira
Diagramação
Aluísio Pinheiro
Fotografia
Cárlino Andrade, Flávio Dutra e Martina Morsch
Revisão
Antônio Falcetta
Bolsistas
Arlei Fagundes, Carlos Eduardo Caldas de Souza, Diego Mantarino, Maria Elisa Lisboa e Natália Blumberg
Circulação
Márcia Fumagalli
Fotolitos e Impressão
Gráfica da UFRGS
Tiragem: 12 mil exemplares

Mural do leitor

jornal@ufrgs.br

Correções na matéria sobre a gagueira

Agradeço o espaço concedido no JU de abril de 2010 para a divulgação dos dados obtidos na primeira tese sobre gagueira realizada nesta Universidade. A presença na banca do Dr. Gerald Maguire, líder mundial da pesquisa sobre medicamento para gagueira, mostra a importância dessa área ainda tão pouco difundida da Fonoaudiologia. Foram analisadas 1.328 palavras gaguejadas por adultos e crianças, extraídas de um corpus de 12 mil palavras faladas entre 1986 e 2005. Mais de 97% das gagueiras ocorreram nas primeiras sílabas das palavras. Destas, 48% são monossílabas, independentemente da extensão das palavras, da tonicidade silábica, da faixa etária e do gênero. O passar do tempo não interferiu nos resultados. A íntegra da pesquisa que caracteriza gagueira como um distúrbio de linguagem pode ser acessada em www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21569/000730478.pdf?sequence=0. Porém, pensando no público do JU e na repercussão da matéria, me permito fazer pequenos reparos em prol da clareza das informações:

- ao contrário do afirmado na capa, sobre ser eu “médica e pesquisadora”, minha formação é em Fonoaudiologia;
- na página 11, afirma-se a “importância de contar com a ajuda de um psicólogo durante a terapia fonoaudiológica”. O atendimento psicológico não é uma condição para a terapia fonoaudiológica;
- dizer que “nestes casos, é indicado que o tratamento seja mantido durante toda a vida...” contraria a prática terapêutica dos profissionais da Fonoaudiologia especializados na área;
- O Dr. Maguire jamais afirmou que a medicação, ainda em fase de pesquisa, “promete cura”. Como neuropsiquiatra, defende que gagueira não é um problema de origem emocional e que o medicamento, em sendo aprovado pelo FDA americano, aliviará a gagueira.

Dra. Anelise Junqueira Bohnen, CRFa 5587-RS

Memória da UFRGS

ACERVO MUSEU DA UFRGS



1928

Estudantes durante aula de anatomia sob a orientação do artista e professor Libindo Ferrás (1877-1951) na antiga Escola de Belas Artes.

Artigo

Dança na UFRGS é coisa séria

A UFRGS conta desde 2009 com o Curso de Licenciatura em Dança, proposto pela Escola de Educação Física, em atendimento a uma necessidade histórica do estado. Nossa Universidade já tem firmado seu compromisso com o desenvolvimento da Arte por meio de seus cursos de Artes Visuais, Teatro e Música, oferecidos pelo centenário Instituto de Artes, e agora contempla a arte da dança, assegurando mais uma vez a cultura, a liberdade de manifestação e os valores artísticos no cenário acadêmico.

A nova graduação resulta de estudos desenvolvidos por profissionais das áreas de Dança, Educação Física, Teatro e Educação, que discutiram a estruturação do curso proposto, buscando informações e referências para as questões fundamentais e atuais sobre o ensino, a pesquisa, a extensão e o mercado de trabalho.

Para que a arte realize sua função social de

denúncia, mudança, contestação, identidade cultural e imagem do social, não poderá estar amarrada a determinados grupos de dominação política ou econômica. A Universidade abriga a pluralidade, fazendo predominar sobre a informação e a instrumentalização a formação de uma cidadania, na qual os acadêmicos estarão sendo capacitados a lidar com o conhecimento de forma crítica e propositiva.

Já contamos com duas turmas de alunos, de diversos cantos do estado, com diferentes formações artísticas e bagagens constituídas de diversas poéticas e estilos de dança, compondo um grupo bastante eclético. Para nós é um desafio e uma sensação de prazer poder receber esses alunos e proporcionar-lhes uma formação acadêmica específica na arte da dança.

O curso de Dança tem por objetivo maior, em sua condição de licenciatura, a formação de professores para atuarem na educação básica,

ressignificando conceitos e práticas, relações educativas, culturais e artísticas. Por outro lado, almeja valorizar a dança no contexto da educação formal e não formal, preparando os profissionais que atuarão nas práticas artísticas e educativas em suas várias manifestações. Pretende, também, qualificar profissionais, proporcionando um espaço de formação, reflexão, produção artística e bibliográfica, e a socialização das discussões em relação à arte da dança.

Como prática pedagógica, a dança não significa a busca da perfeição ou a execução de performances espetaculares e brilhantismos isolados, levando em conta somente a estética, a beleza plástica e a descoberta de talentos; objetiva-se, sim, fazer com que o contato com a linguagem corporal e gestual da dança ajude os alunos a desenvolverem-se pela recreação e pela criação.

Por seu caráter artístico, a dança desenvolve o senso estético, a expressão cênica, a educação

do sentido rítmico e musical, a sensibilidade, a criatividade e a expressão artística.

A pluralidade cultural se manifesta em muitas linguagens, que se apresentam como fator de identidade de grupos e indivíduos. Conhecer e respeitar essas diferentes linguagens é decisivo para se desenvolverem atitudes de diálogo e respeito para com as diversas culturas. Queremos, com o curso de Dança da UFRGS, formar professores que possam contribuir para a formação de cidadãos sensíveis que, pela a arte do movimento, possam trabalhar em busca da valorização da vida. Para nós, dançar é coisa séria, constitui uma área específica de conhecimento e exige um trabalho consciente e eficiente em busca de nossos objetivos.

Lisete Arnizaut de Vargas
Professora e coordenadora do Curso de Dança na UFRGS

Portas Abertas

Dia de conquistar novos alunos

Ocorreu, no último dia 15, a oitava edição do UFRGS Portas Abertas. Durante todo o dia, salas de aula, bibliotecas, centros de pesquisa e espaços de convivência da Universidade estiveram abertos para que a comunidade pudesse conhecê-los. O evento, que teve aproximadamente mil funcionários envolvidos em sua organização – entre professores, servidores, monitores e técnicos –, recebeu cerca de dez mil visitantes.

Paixão antiga - A cada ano, todas as unidades acadêmicas preparam extensas atividades a fim de atrair e colaborar com a decisão daqueles que desejam ingressar na Universidade. Oficinas, debates, exibição de vídeos, palestras e outras atividades foram oferecidas para facilitar o esclarecimento sobre cada curso e mostrar os trabalhos desenvolvidos dentro deles. Em algumas unidades, os recursos para atrair os estudantes evocavam paixões infantis: em uma sala do Instituto de Informática, olhares atentos a uma apresentação sobre videogames. Cada vez que clássicos da infância, como o console Atari, eram citados, os futuros universitários vibravam. Alguns fãs de games aproveitaram o atrativo para conhecer melhor o curso: “Viemos descobrir como funcionava, tirar dúvidas e conhecer a rotina, a que horas acontecem as aulas, essas coisas”, comenta Dionathan Borges, 18 anos, que já é técnico em Informática. A coordenadora do evento no Instituto de Informática, Lourdes Tassinari, afirma que a unidade tenta abrir os olhos dos visitantes para a realidade da profissão: “Eles chegam muito eufóricos, querem ver tudo. Tentamos mostrar o máximo por essa pequena janela: o que é o curso, a área e a profissão”.

“Oi, tu gosta de Física?” - Não apenas nos rostos dos futuros calouros via-se a empolgação estampada. Um discreto, mas não menos preparado trio, tentava atrair espectadores para a embasada explicação sobre a nova graduação em Engenharia Física. Informações sobre a área de atuação, o diferencial do currículo e da profissão eram os argumentos utilizados. Leonardo Alves, 17 anos,



Jovens e crianças acompanharam experiências especialmente preparadas para o evento

Wagner Padilha, 20, e Frâncio Rodrigues, 18, fazem parte da 1.ª turma do curso de Engenharia Física. Preocupados em divulgar a profissão, montaram painéis explicativos para esclarecer dúvidas que eles mesmos já tiveram. Além disso, buscavam maior representatividade dentro da UFRGS: “Como somos os primeiros, é nossa função dar uma cara pro curso... E essa também é a hora”, explica o aluno Frâncio Rodrigues, um dos responsáveis pela criação do Diretório Acadêmico do curso. Com a dificuldade de encontrar apaixonados por Física, os três se dividiam entre a procura por interessados e a barraquinha que vendia café, refrigerante e bolo: “Aprendemos a fazer café hoje, vamos ver no que vai dar”, brincavam os universitários antes de vender o produto à primeira “cobaia”.

Na busca pelo curso certo, excursões de colégios de todo o estado percorriam os câmpus da UFRGS.

Diego Misturini, Marcelo Buratti, Leandro Ficagna, todos de 16 anos, e Eduardo Grasselle, 17, vieram de Bento Gonçalves para entender melhor o que faz cada profissão e ter uma ideia de qual carreira seguir. No Instituto de Física, localizado no Câmpus do Vale, o clima era de festa. Uma pequena multidão ocupava os corredores que separam salas de aula e laboratórios: todos atentos ao show de experimentos que a unidade oferecia. As curiosidades iam de cordas de guitarra, onde se podiam testar os sons produzidos por cada uma, até chegarmos à explicação sobre os benefícios no uso de uma moto elétrica. A interação era tanta, que mesmo quem não era fã das ciências exatas ficava interessado em assistir às apresentações.

Natália Blumberg, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico

Meio ambiente

UFRGS ganha Laboratório de Eficiência Energética e Hidráulica em Saneamento

Foi inaugurado no dia 17 deste mês o Laboratório de Eficiência Energética e Hidráulica em Saneamento (LENHS), órgão que irá estudar processos que aperfeiçoem a geração de economia energética e a gestão de perdas de água no setor de saneamento, não só por intermédio do combate aos desperdícios, como também por incrementos à eficiência energética de processos e sistemas, visando à redução de custos e à aceleração da universalização dos serviços para a sociedade. Além de beneficiar estudantes dos programas acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão ligados ao campo de engenharia da UFRGS, o laboratório atuará na

promoção da cultura de eficiência energética junto ao setor de saneamento de toda a Região Sul. O LENHS está instalado junto ao Instituto de Pesquisas Hidráulicas, no Câmpus do Vale, e conta com equipamentos para medição em campo e uma bancada de laboratório, onde estão instalados sofisticados aparelhos que permitirão demonstrar, simular e verificar metodologias para atingir eficiência hidráulica e energética em sistemas de abastecimento de água. O investimento total para a implementação do projeto foi de R\$ 1.170 milhão. Deste valor, R\$ 240 mil foram aportados pela Universidade e R\$ 930 mil foram investidos pela Eletrobras.



Reconhecimento

Físicos da UFRGS são destaque nacional

Os professores do Instituto de Física da UFRGS Lívio Amaral e Israel Baumvol receberam, em 26 de maio, em cerimônia realizada em Brasília, a Ordem Nacional do Mérito Científico. Também do Instituto de Física, a professora Thaisa Storchi Bergmann, do departamento de Astronomia, tomou posse na Academia Brasileira de Ciências, no Rio de Janeiro, no dia 4 deste mês.

Capacitação

Diversidade em debate

A pluralidade na UFRGS foi tema de discussão no último dia 12. O seminário “Diversidade na Universidade”, iniciativa das Pró-reitorias de Extensão e de Gestão de Pessoas, abordou as diversidades socioculturais e étnico-raciais no ambiente universitário e nas relações de trabalho. O encontro faz parte do Programa de Capacitação da UFRGS e destacou as temáticas de gênero e sexualidade, apresentadas pela professora Rosemeri Aquino; deficiências e necessidades especiais, com a professora Adriana Thoma; a questão indígena, pelo professor José Otávio Catafesto; e a questão do negro, pela professora Denise Jardim. Os servidores foram sensibilizados a combater as práticas preconceituosas, construindo estratégias inclusivas na Universidade. O seminário deu início a um Curso de Capacitação que será desenvolvido em quatro módulos, com ênfase nos mesmos temas abordados durante o encontro inaugural. Os interessados em participar dos módulos seguintes poderão acompanhar a data da abertura das inscrições no site www.ufrgs.br/progesp/capacitacao.

Jovem Cientista

Prêmio destaca energia e meio ambiente

Estão abertas até 30 de junho as inscrições para o XXIV Prêmio Jovem Cientista, maior premiação científica da América Latina. O tema deste ano é Energia e Meio Ambiente - Soluções para o Futuro. De acordo com o regulamento, além de prêmios em dinheiro, o primeiro colocado de cada categoria também participará da 63.ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 2011, com o objetivo de expor suas pesquisas. O regulamento completo e a ficha de inscrição podem ser acessados no site <http://www.jovemcientista.cnpq.br/>.

Arte premiada

Professores do IA vencem Açorianos

A edição de 2009 do Troféu Açorianos da Secretaria Municipal da Cultura agraciou professores dos departamentos de Música, Artes Visuais e Teatro do Instituto de Artes da UFRGS. O prêmio de Melhor Compositor Erudito pela Série Brasil 2010 foi para Dimitri Cervo. Ney Fialkow recebeu o Açorianos de Melhor Disco Erudito por Sonatas Brasileiras, gravado em parceria com Carmelo de Los Santos, ex-aluno do Instituto. Flávio Gonçalves recebeu duas distinções: o de Destaque em Desenho e o de Artista Destaque 2009. Na área do Teatro foram conquistados três troféus: Inês Marocco, prêmio de Melhor direção pelo espetáculo O Sobrado; Luis Franke, Melhor ator coadjuvante, e o grupo todo de atores, troféu Açorianos de Melhor dramaturgia.



UFRGS TV

EFÊMERA ARTE

Teatro feito na Universidade ganha espaço

Redação UFRGS TV

Ao ser questionado sobre o que mais o encantava no teatro, Paulo Autran costumava dizer que era o fato de ele ser uma arte efêmera. Construída para ser apresentada ao vivo, numa interação imediata com o público que jamais acontece da mesma forma, uma peça de teatro é sempre um momento único, que se encerra tão logo se fecham as cortinas. Mesmo apresentando um mesmo texto diversas vezes, a arte de fazer teatro tem como grande protagonista o ator, responsável por dar a ela um movimento constante de construção e reconstrução que torna impossível a sua repetição.

É a partir das experiências dos atores que se constrói o programa Efêmera Arte, que a UFRGS TV estreia neste mês, com o objetivo de mostrar o processo de criação de espetáculos teatrais dos alunos do Departamento de Arte Dramática apresentados na mostra Teatro, Pesquisa e Extensão (TPE). Completando oito anos em 2010, a mostra exhibe algumas das mais importantes produções dos estudantes de teatro da Universidade, permitindo ao público o contato com uma das mais antigas e complexas formas de expressão artística.

Ao dedicar um espaço para cada um dos sete espetáculos que serão apresentados ao longo deste ano, o Efêmera Arte busca analisar tanto o processo de construção das peças quanto os bastidores da montagem de cada uma delas, ouvindo não apenas os atores e diretores, mas também os professores que orientam o trabalho dos estudantes e o próprio público a quem a mostra TPE é direcionada.

Segundo a professora Suzane Weber, responsável pela orientação da peça Na solidão, primeiro trabalho apresentado na mostra deste ano, a importância do projeto TPE está na aproximação que ele faz entre extensão e pesquisa por meio do teatro: “Extensão, como uma abertura para a comunidade e pesquisa, como uma reflexão de ponta sobre o que se está fazendo. O produto que a gente tem desse trabalho é um produto artístico, e a partir dele os alunos vão tentar entender a sua prática. Como vão se formar atores, eles precisam ter uma visão sobre essa prática, assim como eles têm de compreender a comunidade que está querendo ver teatro na Universidade”.

O programa Efêmera Arte vai ao ar na sexta-feira, dia 28 de maio, a partir das 21h30, através da UNITV, canal 15 da NET POA. A produção da UFRGS TV também está disponível na Internet, no endereço www.youtube.com/ufrgstv.

Assista aos programas

A programação produzida pela equipe da UFRGS TV pode ser assistida na UNITV, pelo canal 15 da NET POA.



Brasil na América Latina: diversidades mundializadas

José Vicente Tavares dos Santos*

A conquista das Américas conformou a modernidade por meio de trocas, imagens e sangue. Trocas entre seres humanos, produtos e processos, artes da guerra, linguagens e símbolos. Trocas desiguais, entre povos com novas artes guerreiras que conquistaram civilizações – os incas, os astecas, os tupis-guaranis, depois os mapuches – usando a força, a divisão e os mitos, incorporando e modificando símbolos pré-colombianos.

Face à incomunicabilidade de línguas que se estranhavam, o recurso à violência e à mortificação do corpo fez-se hábito. As formas de dominação dos sujeitos – a *encomienda* espanhola (sistema que consistia na exploração de um grupo ou comunidade de indígenas por um colono, a partir da concessão das autoridades locais, enquanto o colono visse. Em troca, o colono deveria pagar um tributo à metrópole e promover a cristianização dos indígenas), a escravidão de índios e negros, o cambão, a dívida do barracão – expandiram-se para garantir os impérios coloniais. Sofrimento em troca de ouro e prata.

Foi um tempo de violações, de Malinche às índias das costas da Terra de Santa Cruz, de massacres e de mortes: sangue dos colonizados, mestiçagem dos colonizadores, mescla de parentesco, criando culturas híbridas. O barroco foi a expressão de apagamento de saberes e de imposição do pensamento moderno, originado por epistemicídios (a morte de conhecimentos populares ou alternativos). Imagens entre desconhecimentos e amálgamas de divindades e mitos.

Ao evocar esse passado, para sublimá-lo, deparamo-nos com um social heterogêneo, no qual nem indivíduos nem grupos parecem reconhecer valores coletivos. Esse contexto dá origem a múltiplos arranjos societários e a lógicas de condutas. Observamos uma sociedade fragmentada, plural, diferenciada e heterogênea.

Ao longo dos percursos, ressurgem as máscaras: nos carnavais, nos cultos aos mortos, nos deuses dourados das lagoas andinas, nos brutos disfarçados, nos endinheirados dos bailes de máscaras, nos torturadores encapuzados. Uma busca de raízes, de identidades culturais que, mais tarde, poderiam vir a ser identidades nacionais. Heranças de terras e de vidas partidas, lusas de semeadores, hispânicas de ladrilheiros a compartilhar povos ancestrais, desconhecidos e dourados.

Em tempos pós-modernos, configuram-se novas questões sociais mundiais, acompanhadas por modalidades de ação coletiva diferenciadas, lutas sociais protagonizadas por outros agentes sociais com variadas pautas de reivindicações.

Múltiplas são as formas de violência que predominam na América Latina. Em primeiro lugar, a violência estrutural, decorrente de características da sociedade e da economia dos países latino-americanos: concentração da propriedade



JUNIOR GOMES, HTTPDESIGN.RODATA.COM.BR

da terra, efeitos das políticas de ajuste estrutural, corrupção, concentração de renda e desigualdade social. Em segundo, o aumento da violência criminal urbana: o crime organizado, o tráfico de drogas, o comércio ilegal de armas, a difusão do uso de armas de fogo, provocando maior letalidade nas ações conflitivas.

A desigualdade social e a segregação urbana produzem uma exclusão social marcada pelo desemprego, pela precarização do trabalho, por salários insuficientes, por deficiências do sistema educacional e pela estigmatização de jovens. Originam violências, anunciadas ou encobertas, seja a política nos espaços agrários, sejam as mortes violentas e os estupros nas periferias urbanas. Estamos vivendo, também, um quadro de representações sociais da violência para cuja disseminação os meios de comunicação de massa contribuem, produzindo a espetacularização do crime violento; um efeito da violência simbólica

exercida pelo campo jornalístico.

Eis que, nesta cidade do Fórum Social Mundial, vislumbra-se outro espaço-tempo de ações coletivas: protestos rurais, organização das populações urbanas, lutas sociais contra as violências, ações contra as discriminações étnicas e de gênero. Realizam-se em vários países do continente a construção de políticas sociais, protagonizada por administrações públicas participativas, pelo mundo associativo, pelo terceiro setor, por escolas e universidades: trata-se da emergência da planificação emancipatória.

Ressurge a busca da terra sem males em novos Estados multiétnicos; expande-se a perspectiva de estender o processo civilizador, superando as formas de violência, a ideologia do branqueamento e da imigração neocolonial e pacificando territórios; renova-se, a passos largos, a expansão da ciência e da tecnologia, em uma transição para o paradigma da complexidade.

As sociedades latino-americanas vivenciam lutas sociais e simbólicas por um “bom viver”, pela consolidação da cidadania, desenhando linhas de construção de uma identidade transnacional entre o Brasil e a América Latina e Caribe – linhas que se ampliam agora aos povos da África e da Ásia.

Esboça-se a cartografia que entrelaça territórios despedaçados pelos labirintos da solidão, em busca de raízes, voltados ao futuro. Participamos da construção de diversidades mundializadas – identidades mestiças, marcadas por pluralidades étnicas, de gênero, de linguagem, de gosto cultural e de grupos etários – poderosamente humanas porque se plasmam no horizonte da mundialização da esperança.

*Sociólogo, professor do Departamento de Ciências Sociais do IFCH e coordenador do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania

As novidades do 6.º Salão de Ensino da UFRGS

Valquíria Linck Bassani, Aldo Bolten Lucion e Sérgio Roberto Kieling Franco*

O 6.º Salão de Ensino da UFRGS acontece nos dias 26, 27 e 28 deste mês numa iniciativa conjunta das pró-reitorias de Graduação e de Pós-graduação e da Secretaria de Educação a Distância.

O Salão de Ensino resulta da evolução do Salão de Graduação e do Salão de Educação a Distância que, em anos anteriores, promoveram a integração entre ensino presencial e ensino a distância na perspectiva da superação das fronteiras entre as duas modalidades. A edição de um evento único, abordando o ensino nos diversos níveis e modalidades, foi motivada pela necessidade dessa aproximação, bem como pelo que representa a formação docente para esses níveis. Nessa perspectiva, o tema central do 6.º Salão de Ensino é a “Formação de professores para os diferentes níveis de ensino”.

A partir dessas perspectivas, o programa abre espaço para a reflexão e a discussão sobre o ensino na educação superior, seus desafios, e o papel da

pós-graduação na formação de professores para esse nível de ensino. Esse tema será abordado na conferência de abertura do Salão, no dia 26 de maio, ministrada pelo professor Alberto Cabrera (Universidade de Maryland), renomado pesquisador que se dedica a estudos sobre ingresso e desempenho de estudantes nas universidades, incluindo a influência de métodos de ensino-aprendizagem e perfis dos estudantes. A temática será também discutida na perspectiva de estudantes de graduação e pós-graduação da UFRGS e retomada no dia 28 na conversa com pró-reitores de graduação e pós-graduação convidados.

O papel da Universidade na formação inicial e continuada de professores para o ensino básico, no contexto das políticas que vêm sendo desenvolvidas nas diferentes esferas governamentais, será focado em diversos momentos, mas, em especial, na mesa-redonda do dia 27 de maio, sob o prisma do Sistema Nacional Integrado e da formação na

área de ciências.

A programação contempla ainda um espaço significativo para relatos de experiências em ensino na UFRGS, apresentadas por estudantes de graduação, pós-graduação ou docentes. Participam dessa modalidade estudantes dos cursos de licenciatura, com suas experiências nas escolas de ensino básico; monitores de disciplinas da Universidade, na modalidade presencial ou a distância; tutores de cursos a distância; coordenadores de projetos e bolsistas dos Editais EAD UFRGS da SEAD; estudantes envolvidos em programas especiais, como o Programa de Educação Tutorial, o Programa de Educação para o Trabalho em Saúde, e em programas de cooperação internacional, como o PEC-G ou o PEC-PG. Nesta edição, estudantes de pós-graduação que realizam estágio de docência na graduação também farão o relato de suas experiências.

Além de relatos, o Salão promoverá a divulga-

ção de pôsteres e a apresentação de uma mostra virtual, contemplando vídeos e objetos virtuais de aprendizagem, desenvolvidos pelos programas de fomento da Secretaria de Educação a Distância da Universidade.

Finalmente, esta edição inova com a realização de um minicurso para docentes interessados em aprender a utilizar ferramentas de ensino a distância, coordenado pelo Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação (Cinted) da UFRGS.

Toda a comunidade acadêmica está convidada a participar do evento e a aproveitar a oportunidade para discutir e refletir sobre o ensino nos espaços proporcionados pela rica programação do 6.º Salão de Ensino da Universidade.

* Pró-reitora de Graduação, pró-reitor de Pós-graduação e secretário de Educação a Distância da UFRGS

União com separação de bens

Política

Alianças para o cargo de vice são fundamentais em um país marcado pela fragmentação partidária

Confirmados o nome do governador José Serra (PSDB-SP) e a abdicação de Ciro Gomes (PSB-CE) em abril passado, e consolidadas as candidaturas de Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PV-AC), não há mais dúvida sobre os principais concorrentes à sucessão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No plano estadual, José Fogaça (PMDB), Tarso Genro (PT) e Yeda Crusius (PSDB) largaram na frente e se apresentam como os principais candidatos ao Piratini. A dúvida maior agora é sobre quem serão seus companheiros de chapa. Mesmo não sendo eleito pelo voto, o cargo de vice não é uma peça meramente decorativa no cenário eleitoral.

De acordo com o professor do departamento de Ciência Política da UFRGS André Marengo, no Brasil, o papel do vice é muito mais político do que executivo. “Ele representa a incorporação de uma ou de várias forças partidárias em uma coalizão que opera para vencer a eleição e depois para governar.”

No país, o vice-presidente está muito associado ao modelo presidencialista de coalizão, característica fundamental do sistema político brasileiro. Nos dois últimos períodos democráticos, de 1945 a 1964 e de 1988 até agora, só houve dois momentos, muito breves, em que o presidente da República contava com maioria do seu partido no Congresso. Foi o caso de Eurico Gaspar Dutra, eleito em 1945, e de José Sarney, em 1986, quando o PMDB obteve sozinho mais de 50% das cadeiras da Câmara. “Todos os demais presidentes, sem exceção, no período democrático, não tiveram força para governar sozinhos. Nos quatro últimos mandatos presidenciais (dois do PT e dois do PSDB), o partido do presidente obteve menos de 20% do total de votos, ou seja, elegeu menos de um quinto dos deputados no Congresso Nacional. E é nesse ponto que se situa o aspecto importante do papel do vice, que é um elemento de aglutinação de forças na eleição para o candidato conseguir chegar a 50% mais um”, explica Marengo.

Para a cientista política e professora do Departamento de História da Universidade Céli Regina Pinto, no Brasil, o papel do vice-presidente tem sido mais definido pelos diversos cenários e crises que a República tem passado do que pela condição constitucional do cargo. “Mas há casos diferentes. Talvez o mais exemplar seja o dos Estados Unidos, onde a posição de vice muitas vezes é cargo preparatório para uma futura candidatura à presidência – como ocorreu com Al Gore no período Clinton –, ou é uma posição de real poder – como foi o caso de Dick Cheney, o virtual presidente da República no governo Bush filho. Lá como também na Argentina, os vices-presidentes ocupam o cargo de presidente do Senado.”

Em busca de aliados – A grande fragmentação partidária brasileira, que impede que um partido sozinho obtenha mais do que um quinto dos votos, exige que os partidos procurem alianças para vencer uma eleição. Uma decisão contrária pode colocar a perder uma candidatura até então considerada promissora. “Sem aliança ninguém vence no Brasil. E parte desse processo é a escolha do vice. A experiência do PT é bem reveladora quanto a esse aspecto. Lula perdeu, em 1989, 1994, e 1998, três eleições que disputou quase sozinho. Provavelmente, a lição que o partido tirou desses episódios foi a necessidade de um movimento mais ao centro do espectro político. De alguma forma, ele sinaliza isso em 2002, quando incorpora à chapa o José Alencar, do PL, que não chegava a ser um grande



O pragmatismo de alianças que desconsideram antipatias resulta em desgaste político

partido, mas simbolicamente representava uma abertura”, comenta Marengo.

Para o professor, o mesmo raciocínio vale para a política local. “Tanto aqui no estado quanto em âmbito nacional, o PT tem nas eleições majoritárias um teto que gira em torno de 30% dos votos. Grande parte da preocupação do Tarso Genro é a ampliação desses índices. E isso necessariamente passa por alianças.”

A melhor escolha – Definida a necessidade de formar alianças, vários são os critérios que ajudam a determinar o parceiro ideal. Está em jogo, por exemplo, a capacidade do vice de arregimentar votos em uma região ou, então, de ampliar o tempo de propaganda gratuita na tevê. No entanto, apesar de o conjunto de fatores pragmáticos ser importante, a escolha não pode deixar de levar em conta a questão ideológica. Uma decisão equivocada pode ter consequências desastrosas. “Tivemos um exemplo aqui no estado em 1986, quando foi feita uma aliança entre o PDT, com Aldo Pinto, e o antigo PDS, atual PP, trazendo como vice Silvério Kist. Em função da grande rivalidade entre trabalhistas e pedesistas nos municípios, ao invés de somar votos, eles acabaram perdendo eleitores, já que os adeptos desses dois partidos não entenderam a aliança”, conta o cientista político.

Na opinião de Marengo, o fato de PT e PMDB serem aliados na esfera nacional e adversários no plano estadual não é incoerente do ponto de vista ideológico. “Não necessariamente o estado tem de refletir o padrão da disputa nacional. Cada estado tem sua própria fisionomia, características e padrões culturais próprios que implicam disputas peculiares em cada lugar. Aqui são rivais porque têm mais a ver com a questão histórica do Rio Grande do Sul.”

Relações (nem tão) harmônicas – Na esfera política, o adversário de ontem pode ser o aliado de hoje. E vice-versa. O pragmatismo levado à risca na hora de formar as parcerias muitas vezes não considera antipatias entre o titular e o vice, gerando relacionamentos conturbados. Um caso que chamou bastante atenção na mídia nacional foram as constantes farpas trocadas entre a governadora Yeda (PSDB) e seu vice, Paulo Feijó (DEM). “Rupturas mais ou menos silenciosas são até relativamente frequentes, mas conflitos com a intensidade do que se verificou no estado são extraordinários. Nessa situação específica, o desgaste foi mais político. Teria maior reflexo no governo à medida que o partido do vice tivesse uma participação mais efetiva, o que não foi o caso”, aponta o pesquisador.

Atualmente, a Argentina enfrenta problemas semelhantes, com um embate entre a presidente e

o seu substituto. O vice-presidente portenho Julio Cobos, que até então tinha um perfil discreto, despontou como um crítico do próprio governo.

Quando o vice comanda – Como o cargo de vice não é uma candidatura, mas uma circunstância política, assumir o posto do titular pode até trazer mais visibilidade para um político com pouca densidade política e eleitoral. Entretanto, isso pode não ser uma tarefa das mais fáceis, visto que o vice geralmente não é do mesmo partido do titular e, portanto, não integra o partido mais forte da coalizão. “Governos de vice têm uma série de imbricações que tendem a torná-lo mais fraco que o governo do titular. Tudo depende da capacidade de reversão desse quadro. Força partidária, densidade eleitoral e final de governo são elementos que jogam contra o vice”, defende Marengo. Para a professora do departamento de Comunicação Maria Helena Weber, o atual presidente do Senado, José Sarney, é um exemplo de vice que conseguiu se sobressair. “Ele tinha a sombra da morte de Tancredo Neves, que era uma figura carismática, e a marca de um retorno à democracia. Mas também tinha vida própria, em termos de visibilidade. E ocupar esse lugar fez a grande projeção dele.”

Por outro lado, o cargo de vice não garante, por si só, a herança de eleitorado em uma disputa de votos posterior. “Se o governo vai bem, a probabilidade maior é que o titular busque a reeleição. Se vai mal, ambos naufragam. Talvez o vice seja o herdeiro e sucessor natural em circunstâncias, mais raras, em que titular e vice são do mesmo partido. É o caso de Minas Gerais, com o Antônio Anastasia (PSDB), que foi vice do Aécio Neves por duas gestões e agora é o candidato à sucessão. É também o caso do PT, pelo menos até 2000, em Porto Alegre: o vice em geral assumia atividades administrativas e se tornava o candidato natural à vaga”, expõe o cientista político.

Weber considera ainda que o vice também pode se projetar porque tem sua própria assessoria, o seu próprio espaço governamental. “Ele não corre paralelamente à presidência. Mas a capacidade de obter visibilidade e projeção é muito grande. O Alencar, por exemplo, não é um político que apareça ou dispute visibilidade com Lula. Mas ele é essencial na performance, no apoio.”

Outras épocas – No passado, o cargo de vice-presidente do Brasil era eleito pelo voto. A Constituição de 1946 previa que houvesse duas escolhas por parte do eleitor: um voto definia o titular e outro definia o vice, não necessariamente integrantes da mesma chapa. “Isto produziu um fenômeno interessante no pleito de 1960, no qual se elegeu presidente Jânio Quadros e como vice João Goulart. Esse foi um dos fatores que contribuiu para a crise que levou à intervenção autoritária em 1964, já que, com a renúncia de Jânio, assumiria o vice da coligação adversária”, explica o pesquisador do departamento de Ciência Política.

Mesmo durante a ditadura militar, a presença do vice se manteve, pois havia a preocupação por parte dos militares no poder de dar suporte a uma democracia de fachada, mantendo o Legislativo aberto na maior parte do tempo, fazendo eleições, mesmo limitadas, e substituindo presidentes da república regularmente. “Dentre os cinco presidentes militares, três tiveram vices civis; os substitutos militares corresponderam aos momentos mais duros da ditadura, quando foram presidentes os generais Médici e Geisel. Os vices civis apontam para o fato de que, mesmo em um regime autoritário, foi necessário fazer alianças com os setores conservadores e golpistas civis. Portanto, durante o regime militar, o cargo de vice-presidente não foi apenas uma figuração. Quando o general Figueiredo teve de se ausentar da presidência por razões de saúde, por exemplo, foi considerado um grande avanço em direção ao fim do regime o fato de o conservador vice Aureliano Chaves assumir o poder”, explica Céli Pinto.



Ao alcance de todos

Acessibilidade UFRGS busca soluções para possibilitar o acesso universal a seus ambientes

Imagine que você precisa pegar o elevador para subir pela primeira vez até seu local de estudo ou trabalho. Ao entrar no equipamento sozinho, não consegue achar os botões dos andares; a porta se fecha sem que você saiba para onde vai o elevador ou qual o andar em que está quando para. Além disso, você não vê nada quando as portas se abrem. Imagine-se precisando ir ao banheiro sem conseguir achá-lo ou tendo dificuldade para entrar; ou, ainda, participar de uma aula, de uma reunião ou receber instruções de um chefe sem poder ouvir o que está sendo dito e sem conseguir se fazer entender. Agora imagine isso se repetindo todos os dias. Algumas dessas situações fazem parte da realidade de uma em cada dez pessoas – entre cadeirantes, usuários de muletas, deficientes visuais e auditivos – quando não encontram ambiente adequado a suas necessidades. Alguns chegaram a ser aconselhados a desistir de seus objetivos. É o que relata o deficiente visual Rafael Faria Gíguer: “Um professor me recomendou largar a faculdade, que isso não era para mim e que eu procurasse outra coisa”. Hoje, o engenheiro de materiais é servidor da UFRGS e trabalha na Faculdade de Educação, buscando soluções na Universidade para quem, como ele, precisa de uma contrapartida especial para pôr seu conhecimento a serviço da sociedade.

Dificuldade diária – O que se coloca em questão é justamente a autonomia. As pessoas que entrevistamos dependem de ajuda para cumprir suas rotinas. O aluno cadeirante Pedro Alberto Farias, do curso de Música do Instituto de Artes (IA), encara todos os dias a dificuldade de subir a escadaria na entrada do prédio. O Instituto comprou um dispositivo mecânico que auxilia a subida da cadeira de rodas, mas a ajuda dos funcionários é sempre necessária. Os degraus de entrada do RU do centro também são um entrave diário para Pedro, assim como a pouca largura de certas portas e a falta de espaço de locomoção dentro dos ambientes.



Elevadores sem sinal sonoro são um desafio para o engenheiro de materiais e servidor da UFRGS Rafael Faria Gíguer

O estudante de música André Vicente da Silva, colega de Pedro no IA e deficiente visual, relata que os principais problemas que enfrenta em prédios são a localização das salas e o uso de elevadores, pois não é possível saber em qual andar eles param, “tanto é que muitas vezes eu vou de escada e não de elevador para não correr o risco de me perder”. Ele consegue chegar às salas de aula porque decora a sua posição em cada andar e é ajudado por colegas.

Mas na Universidade “a questão da acessibilidade não é apenas arquitetônica”, afirma a professora Adriana Thoma, especialista em educação especial. O acesso também pressupõe a possibilidade de interação com outras pessoas e o aproveitamento das aulas e da informação disponível em laboratórios e bibliotecas. Ela coordena o Programa Incluir na UFRGS, que atende 22 pessoas da comunidade universitária. Instituído pelo Ministério da Educação em 2005, o programa estimula iniciativas que diminuam as dificuldades dos portadores de deficiência.

Entre o legal e o real

“Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”.

Assim é a definição contida no decreto presidencial 5.296, de 24 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei Federal n.º 10.098, referente à acessibilidade. A parcela da população brasileira que dependia de adaptações específicas era de 14,5% em 2000 (24,6 milhões), quando foi realizado o último censo demográfico do IBGE. No entanto, muitas pessoas ainda passam por sérias dificuldades em sua rotina.

Na UFRGS, a realidade não é diferente. O espaço universitário ainda é pouco adaptado aos deficientes, tanto do ponto de vista físico e arquitetônico quanto da adequação dos cursos e das aulas a quem tem necessidades especiais.

Adaptações na Universidade ainda são insuficientes

A contratação de intérpretes de Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) é uma solução para alunos surdos durante as aulas e para acompanhar deficientes auditivos que buscam atendimento; hoje, a UFRGS conta com 6 intérpretes de Libras, mas eles não dispõem de uma sala na Universidade onde estejam à disposição para eventualidades. Apenas comparecem às aulas em que são necessários. A entrevista com uma deficiente auditiva para esta reportagem, por exemplo, só foi possível porque Adriana Thoma atuou como intérprete. A entrevistada em questão, a secretária administrativa Bianca Ribeiro Pontin, relata a dificuldade em contatos que precisa realizar em seu trabalho: “Alguns lugares não aceitam contato por e-mail, só por telefone”. Uma alternativa seriam os telefones TDD, dispositivos com teclado e tela em que o surdo pode digitar o número e uma mensagem, enviando-os a uma central, na qual um funcionário recebe a chamada, liga para o telefone solicitado, lê a mensagem para a pessoa do outro lado da linha e escreve a resposta para o deficiente auditivo.

Para os deficientes visuais, há softwares que leem o que está escrito na tela do computador para o usuário, entre eles o gratuito Orca, utilizado em alguns laboratórios de informática da UFRGS. Há diferentes graus de deficiência visual e, dependendo do caso, a ampliação das letras de um texto permite a leitura. Rafael Gíguer, que tem baixa visão, quando era aluno do curso de Engenharia, pedia aos professores que imprimissem uma versão de cada prova com fonte ampliada. Ele diz, no entanto, que no dia a dia do curso a adaptação não existe: “É sempre necessário o auxílio de uma pessoa. Quem me ajudava eram meus colegas”.

Na questão arquitetônica, a lei de acessibilidade prevê que os prédios construídos a partir do decreto 5.296, de 2004, atendam às exigências da nova regulamentação, que incluem rampas

de baixa inclinação, banheiros exclusivos para deficientes, com adaptações especiais aos cadeirantes, piso tátil especial para cegos, sinalização em braile e aviso sonoro nos elevadores. Nos prédios já existentes, nem sempre é possível implantar todas as modificações, principalmente no caso de prédios históricos, que não podem ter sua aparência alterada. O engenheiro Edison Zanckin, da Secretaria de Patrimônio Histórico da UFRGS, que está trabalhando em conjunto com o programa Incluir, cita o caso do Observatório Astronômico, uma torre com dezenas de degraus: “Não conseguimos instalar elevador porque não há espaço”.

Apesar das dificuldades, pequenas mudanças foram feitas a partir dos pedidos das pessoas com deficiência. É o caso dos botões de elevador em braile e do banheiro no térreo do Instituto de Artes, acessível a cadeirantes, e das rampas de acesso à Faculdade de Direito e à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. No entanto, há ainda muito por fazer; muitos prédios em desnível não possuem rampa na entrada, e a maioria não tem elevadores adaptados. Zanckin destaca que o planejamento de acessibilidade deve levar em conta não só os prédios, mas a área externa do Câmpus. A instalação de pisos táteis, por exemplo, é uma forma de permitir que os cegos tenham referência de direção no espaço aberto. O aluno André Vicente da Silva, do Instituto de Artes, comentou que para ele é muito difícil chegar à Faculdade de Educação (Faced), onde tem algumas aulas, devido à ausência de referências no caminho. Essas e outras questões serão debatidas no programa Incluir para que se busquem soluções.

Para 2010, com recursos do MEC, o programa pretende abrir à comunidade universitária um curso básico de Libras e outro sobre adaptações em braile.

Diego Mandarino, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico



Para vencer as escadarias do prédio do Instituto de Artes, Pedro Alberto Farias ainda depende de ajuda



Mais saúde para as mulheres

Pesquisa

Estudos investigam como hormônios interferem no cotidiano feminino

Caroline da Silva

“Pesquisamos a relação dos hormônios com as alterações que podem ocorrer em mulheres ao longo de todo o ciclo de vida, desde as meninas que desenvolvem distúrbios na puberdade, durante a vida reprodutiva e, depois, na menopausa.” A declaração é da professora do Instituto de Ciências Básicas da Saúde Poli Mara Spritzer, coordenadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Hormônios e Saúde da Mulher.

Criado em dezembro de 2008, por meio de um edital do CNPq, esse Instituto promove estudos epidemiológicos, em que as pacientes são recrutadas em seus domicílios, e projetos de pesquisa clínica, realizados com pacientes e voluntárias. A reportagem adianta como está o andamento de alguns dos estudos clínicos, sediados no Centro de Pesquisa Clínica (CPC) do Hospital de Clínicas de Porto Alegre e na UFRGS.

Sede equipada – Inaugurado em outubro de 2009, o CPC foi um progresso para a produção de pesquisas clínicas que necessitam da colaboração de pacientes e voluntários. “Temos mais autonomia para agendar os horários de consultas e realizar os exames necessários para as pesquisas”, relata a docente.

No segundo andar do Centro de Pesquisa, está sendo montado um laboratório para avaliação de composição corporal e gasto metabólico, com a instalação do recém-adquirido densitômetro. Nesse equipamento serão realizados exames que permitirão estabelecer o padrão de distribuição de gordura corporal e a densidade mineral dos ossos. “A distribuição de gordura pode ser um marcador de risco: mulheres que têm a cintura aumentada, o formato maçã em vez de pera, apresentam maior risco de desenvolver doença cardiovascular”, aponta a médica.

Também foi adquirido um calorímetro, aparelho que mede o metabolismo basal: “Isso está relacionado ao risco de obesidade, diabetes e hipertensão. Será possível avaliar com mais clareza como os hormônios interferem com o gasto calórico e por que as mulheres que têm excesso de androgênios, por exemplo, são mais frequentemente obesas e com acúmulo de gordura abdominal”.

Ovários policísticos – O excesso de androgênios caracteriza-se pela presença de hormônios masculinos em concentrações maiores que as normais. “Algumas mulheres desenvolvem uma produção maior de androgênios, e isso leva a alterações reprodutivas e metabólicas. Uma delas é a aparência policística dos ovários, que aparece em ecografias. O aspecto do ovário na ultrassonografia não define uma doença, apenas mostra que ele está sendo estimulado de forma inadequada. O normal é desenvolver um ou dois folículos a cada ciclo. Mas, quando vários folículos se desenvolvem ao mesmo tempo, o crescimento é apenas parcial e não haverá ovulação. Isso indica que os mecanismos de controle da função dos ovários não estão adequados.” Conforme a professora, esse

quadro se associa com infertilidade, distúrbio menstrual e alterações cosméticas: aumento de pelos, de acne e queda de cabelo.

“O mais comum é a consulta por hirsutismo (aumento de pelos), algo muito desconfortável na nossa sociedade. Diria que, aos 15 anos, o motivo principal da consulta é por ciclos menstruais irregulares. Aos 20, por causa do hirsutismo; aos 30, pela infertilidade; e aos 40, por sangramento disfuncional”, conta.

Menopausa e outros mitos – Ao lado da Síndrome de Ovários Policísticos, outra linha de pesquisa em andamento do INCT é com mulheres na menopausa. Um dos estudos compara dois tratamentos hormonais por vias distintas (comprimido e gel). Independente da via de administração, os primeiros resultados confirmam a ideia atual de que há uma janela de segurança no uso de hormônios na menopausa. “Pacientes na menopausa recente, que tenham hábitos de vida saudável, não teriam maior risco de desenvolver doenças cardiovasculares pelo uso dos hormônios”, adianta a professora.

Poli Mara também diz que não existe evidência médica de que uma mulher que apresente excesso de androgênios tenha uma preferência homossexual. Além disso, ao contrário do que se poderia imaginar, mulheres com excesso de produção de androgênios não têm uma libido aumentada.

Não é todo hormônio que engorda!

Comentando sobre a investigação relacionada ao tratamento hormonal na menopausa, a professora Poli Mara Spritzer afirmou que nem todo hormônio engorda: “Isto também é um mito”. Na verdade, estudos mostraram que as mulheres, após a menopausa e com a passagem dos anos, têm tendência a aumentar o peso e a acumular gordura na região abdominal. Por outro lado, comparando mulheres ativas e sedentárias que usam hormônios para tratar os sintomas da menopausa, as ativas apresentam menor quantidade de gordura corporal e menor cintura do que as sedentárias. Com relação ao uso da pílula, ela explicou que essa impressão permaneceu porque, no passado, a dose que havia nos anticoncepcionais era muito maior que a de hoje: “As primeiras pílulas tinham até 75, 100 ug; depois houve uma redução para 50 ug”. Segundo a endocrinologista, atualmente são recomendadas doses de 15 a 30 mg. A docente esclarece que há diversas moléculas que compõem a pílula ou o tratamento da menopausa e que a prescrição de hormônios deve ser individualizada: “É preciso escolher o hormônio e a paciente que vai tomá-lo”, conclui.



FLÁVIO DUTRA/JU

Homofobia de jaleco?

Uma pesquisa social intitulada As faces da homofobia no campo da saúde, desenvolvida pela professora Daniela Riva Knauth e sua orientanda Nádia Elisa Meinerz, foi realizada com o objetivo de compreender os significados atribuídos à sexualidade e à saúde no relacionamento entre médicos e mulheres que fazem sexo com mulheres. O estudo teve como instituições executoras e mantenedoras a Faculdade de Medicina da UFRGS e a Fundação Médica do Rio Grande do Sul, e contou com a parceria do movimento lésbico, especificamente da Liga Brasileira de Lésbicas da Região Sul e do Coletivo Nacional de Lésbicas Autônomas e Independentes (Candace-RS).

Conforme Nádia Meinerz, o projeto contemplou uma proposta de intervenção: uma campanha sobre a saúde das mulheres lésbicas, realizada a partir dos dados da pesquisa que deverá ser lançada nos próximos meses em conjunto com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana.

Os resultados constataram uma tensão entre a noção de homossexualidade como distúrbio hormonal ou doença psíquica e a necessidade de aderir a um discurso “politicamente correto” de não discriminação. As informações colhidas indicam que a saúde é um tema delicado porque

envolve experiências de discriminação e expectativas de desconforto, especialmente no que tange à consulta ginecológica: “As mulheres masculinas tendem a evitar os médicos, acionando os serviços de saúde apenas nas situações em que se percebem incapacitadas para o trabalho ou atividades cotidianas”.

Foram entrevistados 14 médicos do serviço público de saúde da capital. Dentre os profissionais, seis são ginecologistas, dois infectologistas, dois clínicos gerais e quatro médicos de família e comunidade. Também foram ouvidas 35 usuárias do serviço de saúde que fazem sexo com mulheres.

Entre as conclusões apontadas, verificou-se um pacto de silêncio a respeito da homossexualidade dentro dos consultórios médicos: os profissionais não falam por medo de estarem invadindo a privacidade ou discriminando as pacientes, enquanto as próprias mulheres também evitam tocar no assunto por considerarem que esse dado não é relevante no contexto. Descobriu-se, ainda, que grande parte delas tem contato com homens, conjugal e extraconjugalmente. A surpresa vai mais além: “A crença na fidelidade da parceira e a não previsibilidade de relações sexuais com homens tornam as mulheres lésbicas, particularmente as mais masculinizadas,

vulneráveis a uma gravidez não planejada”.

A pesquisadora esclarece que os dados sobre as trajetórias afetivo-sexuais das mulheres mostram que, por diversas razões, em momentos diferentes, elas podem ter relações com homens. “Ser lésbica não implica necessariamente ter relações exclusivamente com mulheres. Até a sexualidade é uma coisa dinâmica, que se transforma ao longo da vida dos indivíduos.” Em virtude da preferência por relações com mulheres, elas acabam por não se familiarizar com os métodos de prevenção de doenças e contraceptivos. “Dessa forma, uma mulher lésbica que eventualmente tem relação com um homem acaba engravidando porque nunca se colocou nessa situação ou pensou nesse risco”, explica.

Na opinião de Nádia, o meio acadêmico ainda tem muito a contribuir nesse tema. “Fomentar a discussão sobre formação em sexualidade para os profissionais de saúde é fundamental, desde a despatologização da homossexualidade. Existe uma espécie de vácuo no que diz respeito ao conhecimento médico sobre esse campo”, conclui a pesquisadora, acrescentando que, na prática, os profissionais não sabem como lidar com seus pacientes gays, lésbicas, travestis e transexuais.

Especial

A polêmica do PNDH III

Pressão faz Lula alterar terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos

O debate dos direitos

TEXTO JACIRA CABRAL DA SILVEIRA E ARIEL FAGUNDES
FOTOS FLÁVIO DUTRA

Oito por cento das crianças brasileiras não têm suas certidões emitidas logo após o nascimento. A ausência dessa condição inicial afasta cada uma delas do direito que assegura direitos, como é reconhecido mundialmente o registro civil de nascimento. Garantir o acesso universal e padronizar essa certidão em todas as regiões do país é uma das pautas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) III que deixou de ser comentada por especialistas e grande parte da mídia.

Apesar de o texto conter seis eixos orientadores, subdivididos em 25 diretrizes, 82 objetivos e 521 ações programáticas, os holofotes recaíram sobre temas como a regulamentação profissional das prostitutas, o reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo, o regimento dos meios de comunicação, a criação da Comissão da Verdade para investigar crimes políticos ocorridos durante o regime militar (1964-1985), a previsão de audiência de uma câmara de reconciliação antes da reintegração de posse de propriedades invadidas, o impedimento da ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos e o incentivo à legalização do aborto.

A pressão foi tanta que, em 13 de maio, o presidente Lula assinou o decreto n.º 7.177, retirando esses dois últimos pontos e alterando a Comissão da Verdade, as regras à mídia e a mediação de conflitos agrários. No total, foram modificadas sete ações programáticas. Conforme o coordenador de Indicadores em Direitos Humanos da Se-

cretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), Pedro Pontual, a Secretaria realizou encontros com o Congresso Nacional e com a sociedade para orientar o diálogo do governo com as demais instâncias democráticas – especialmente o Congresso Nacional – e com a sociedade brasileira, levando em consideração as diversas forças e segmentos sociais”.

Para Jair Krischke, membro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do RS, “já era esperado esse retrocesso” do governo com relação aos temas polêmicos constantes no PNDH III. Em referência ao tema da Comissão da Verdade, ele justifica o novo decreto presidencial pela pressão sofrida por parte dos militares, representados pelo ministro da Defesa Nelson Jobim, “que chegou a ameaçar deixar o cargo”. Ainda que reconheça a importância do Plano, Krischke critica sua abrangência por abordar temas fundamentais junto a aspectos menos relevantes no que se refere aos direitos humanos: “É o caso dos símbolos religiosos, por exemplo”.

Avaliações - Logo após sua divulgação em 21 de dezembro de 2009, o programa foi criticado pelo Ministério da Defesa e pelo comando das Forças Armadas. Para os militares, a proposta de criar um órgão com a finalidade de esclarecer casos de violações de direitos humanos praticados durante a ditadura teria dado um caráter revanchista ao documento, apesar de diversos países da América Latina disporem de instrumentos semelhantes. Em audiência pública promovida por seis comissões do Senado, em 8 de abril, o ministro da SEDH, Paulo Vannuchi, contestou esse ponto de vista, garantindo que a Comissão da Verdade “não é contrária à Lei de Anistia”.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência posicionou-se sobre o plano, divulgando nota oficial em que considera legítima qualquer discordância em relação a pontos da terceira

edição do programa, mas ressaltou que tais objeções não podem desqualificar o documento como um todo. Para a entidade, “trata-se de uma proposta de agenda para orientar o diálogo do governo com as demais instâncias democráticas – especialmente o Congresso Nacional – e com a sociedade brasileira, levando em consideração as diversas forças e segmentos sociais”.

Na análise da doutora em Direito Constitucional e Direitos Humanos e referência nacional sobre o tema, Flávia Piovesan, apesar das contundentes críticas ao programa, “seus pontos mais controversos estão em absoluta consonância com os parâmetros internacionais de Direitos Humanos e com a recente jurisprudência internacional, refletindo as tendências contemporâneas na luta pela afirmação desses direitos e as obrigações internacionais do Estado brasileiro nesse campo”.

Embassamentos - A base do PNDH III foi constituída pelas resoluções aprovadas na 11.ª Conferência Nacional de Direitos Humanos e pelas diretrizes da Conferência de Viena de 1993, que defenderam as noções de universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos. “O programa tem essa lógica de compor as ações dos vários órgãos e ministérios, sem efetuar, entretanto, qualquer tipo de interferência no trabalho deles”, conta Pedro Parente.

O coordenador de Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana de Porto Alegre, Mário de Azambuja Jr., confirma ter havido ampla participação: “Tanto o Orçamento Participativo quanto os fóruns que acontecem periodicamente na estrutura do município, além do nosso conselho municipal de direitos humanos, foram ouvidos”.



Plano sugere, não determina

O PNDH III não tem o poder de realizar mudanças profundas dentro de um curto período de tempo, explica o procurador da República e professor da Faculdade de Direito da UFRGS Domingos Dresch da Silveira. De acordo com ele, o objetivo do documento é apresentar a pauta que o governo federal pretende debater com a sociedade, indicando a que áreas serão dirigidas as futuras políticas públicas de direitos humanos. “Há uma polêmica muito grande, como se ele fosse uma lei e pudesse alterar alguma coisa imediatamente. Na realidade, o Plano firma o compromisso do governo de incorporar deliberações da sociedade civil ao agir administrativo: naquilo que depender de mudanças na lei, encaminhando projetos ao Congresso através de sua bancada; naquilo que depender de reestruturação administrativa, fazendo o que lhe cabe; e prosseguindo a discussão naquilo que depende de aprofundar o tema com a sociedade.”

O texto por si só não altera os pontos que aborda. Porém, também não é uma carta de intenções meramente retórica: “O descumprimento desse plano pode permitir demandas judiciais pontuais, pois, se o governo atuar contrariamente ao que está escrito lá e não fizer outro decreto respaldando essa ação, será um ato ilegal”, comenta Domingos. Tendo isso em vista, compreende-se por que, em determinados pontos, o texto apresenta um grau de generalidade. “O que não é ruim, porque possibilita que o plano se adapte à dinâmica da realidade social”, ressalta o jurista.

Contraponto - Especialistas que se opõem ao plano colocam em dúvida a sua constitucionalidade, alegando que ele representaria uma ingerência do poder Executivo sobre o Legislativo. “É uma distorção conservadora”, questiona Domingos. Segundo o procurador, qualquer aplicação prática das ações previstas no PNDH III passará obrigatoriamente por ampla discussão no Congresso Nacional.

Flávia Piovesan também defende o plano no que diz respeito a sua concordância com os conceitos contidos na Constituição de 1988. Conforme a doutora, tal Carta acolhe a ideia de universalidade dos direitos humanos na medida em que consagra o valor da dignidade humana como princípio fundamental: “Foi a primeira Constituição brasileira a incluir os direitos internacionais no elenco dos direitos constitucionalmente garantidos, conferindo aos tratados de proteção de direitos humanos o privilegiado status de norma constitucional”.

Em recente artigo publicado em revista especializada, Piovesan escreve que, para a doutrina e a jurisprudência contemporâneas, são três as obrigações do Estado em matéria de direitos humanos: respeitá-los, protegê-los e implementá-los. “No que tange à obrigação de proteger, cabe ao Estado evitar e impedir que terceiros (atores não estatais) violem esses direitos. Finalmente, a obrigação de implementar demanda do Estado a adoção de medidas voltadas à realização desses direitos.”



Assentamento Capela de Santana possui uma cooperativa que reúne 30 das 100 famílias ali instaladas

Ano
beira
deix
que p
cebida
nas
o
Cap
na, a
criad
as
tuma
“aca
impro
barrac
meio

O PNDH firma o compromisso do governo de incorporar deliberações da sociedade civil ao seu agir

A lenta conquista

O debate sobre Direitos Humanos surgiu com o Iluminismo no século XVIII, tendo como foco a liberdade: de ir e vir, de culto religioso, de organização sindical, associativa e empresarial. Com a Revolução Industrial e o crescimento das cidades, as demandas sociais mostraram-se fundamentais. Nasceram, então, as lutas pela jornada máxima de trabalho com um pagamento mínimo e pelo acesso à moradia, saúde e alimentação. Uma terceira geração de direitos, baseada na solidariedade, veio com o fim do século XX, tratando de temas que dizem respeito a todos e a ninguém em especial. São os chamados direitos difusos e, dentre suas pautas, estão a garantia a um meio ambiente equilibrado, à qualidade de vida e à paz entre os povos.

Aqui no Brasil, a temática ganhou força com o fim da ditadura militar e o processo de redemocratização, sobretudo com o advento da Constituição de 1988. O primeiro dos sete encontros do Movimento Nacional de Direitos Humanos ocorreu em 1982, sendo que o último deles foi realizado uma década depois. Entretanto, a discussão só chegou oficialmente à esfera pública em 1996, com a I Conferência Nacional de Direitos Humanos, de onde saiu o PNDH I, lançado naquele mesmo ano. Mesmo cumprindo a determinação da Conferência Mundial dos Direitos Humanos, feita em Viena em 1993 – que recomendou a criação de planos desse tipo –, as metas descritas no texto não iam além de direitos civis e políticos.

Outras cinco conferências nacionais foram necessárias para que, em 2002, se incluíssem no segundo PNDH direitos econômicos, sociais e culturais. Lançada em dezembro de 2009, a terceira edição do programa foi antecedida de mais debates públicos do que as anteriores e aprofundou a discussão no país conforme os preceitos de universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos defendidos na Conferência de Viena.

Confira

A íntegra do PNDH III está disponível no site da SEDH no endereço <http://portal.mj.gov.br/седh/pndh3/pndh3.pdf> – sendo que o documento é mencionado em quase dez mil textos na Internet, nos quais é possível conferir as interpretações de diferentes segmentos da sociedade brasileira a seu respeito. Tem de tudo: MST defende radicalização em defesa do Programa Nacional-Socialista de Direitos Humanos; Programa Nacional de Direitos Humanos e as mulheres; Carta das lésbicas em apoio ao III Plano Nacional de Direitos Humanos; A Família, a Igreja e o Plano Nacional de Direitos Humanos-3. É clicar e conferir. O decreto presidencial com as últimas alterações pode ser visto em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/822970/decreto-7177-10>.

Na pele

Conhecer a discriminação do ponto de vista de quem a vive é fundamental para compreender a luta pelos direitos humanos. A reportagem do JU ouviu o relato de três pessoas que sofrem limitações a sua cidadania.

Ana Hanauer é dirigente nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e vê a discriminação acontecer de muitas maneiras em seu cotidiano. “Uma delas é no senso comum, que chama pessoas que lutam por um direito constitucional de vagabundas. Mas essa talvez ainda seja a forma mais fraca. A mais grave se dá por parte do governo, que não realiza a reforma agrária necessária, fazendo com que as famílias fiquem muitos anos embaixo de lona preta, se manifestando sem conseguir conquistar suas terras. Há discriminação quando o governo prioriza o agronegócio, investindo nele em vez de na reforma agrária.”

Segundo Ana, outro fator problemático pode ser observado nos organismos do Judiciário: “que vêm continuamente criminalizando e processando os integrantes do MST. Os atos do Ministério Público do RS contra o movimento, por exemplo, fazem parte de uma ação maior, orquestrada pelo Estado junto às empresas capitalistas e ao latifúndio para tentar nos isolar da sociedade e colocar a luta pela terra na esfera do crime”.

A discriminação sofrida, para a dirigente do MST, é sintoma de uma estratégia de setores financeiros que atuam próximos ao poder público e aos formadores de opinião: “É um sentimento construído com o objetivo de nos colocar como baderneiros. Não é natural que as pessoas pensem assim, há toda uma construção política e histórica que faz com que isso aconteça”.

“Mas, na medida em que existe uma enorme concentração fundiária e um número massivo de famílias sem-terra que só o que sabem fazer é plantar alimentos, foi necessário que essa gente se organizasse para reivindicar seu direito à terra. Por questionar a estrutura fundiária do país, as ações do MST contrariam os poucos que se beneficiam do modo como as coisas estão. Mas, pelo poder que esses poucos têm, eles conseguem espalhar um grau de discriminação muito forte contra nós”, afirma Ana Hanauer.

Ela acredita que as únicas políticas públicas capazes de reverter esse quadro seriam uma profunda reforma agrária unida a uma atenção maior ao meio rural: “O governo precisaria desapropriar as terras de transnacionais e as distribuir entre os camponeses para que eles possam produzir alimentos gerando trabalho e educação. É preciso também construir escolas no campo para que os jovens possam decidir se querem ou não ir para



Reni Rubenichi faz parte da cooperativa dos assentados de Capela de Santana

as cidades. Ou seja, criar uma infraestrutura mínima de vivência no meio rural para que as pessoas possam querer viver lá”.

Carmem Lúcia participou em 2008 da atividade que deu início aos debates do PNDH III no estado. Ela tem pós-graduação em Direitos Humanos, realizada em parceria entre a UFRGS e a Escola Superior do Ministério Público da União, e realizou o curso de especialização por conta de seu envolvimento com o Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP) – entidade não governamental que atua desde 1989 em direitos humanos em Porto Alegre e conta com 2 mil profissionais cadastradas.

Prostituta de rua, assim como a maioria de suas colegas do NEP, Carmem Lúcia comenta que, atualmente, viver a discriminação às profissionais do sexo é um sentimento que se transformou em cidadania. “Isso acontece no momento em que a gente se torna um coletivo, quando somos várias pessoas lutando pela mesma ideia, que é a de acabar com a discriminação contra a gente. Porque não tem coisa pior do que viver sendo discriminada. Nem é preciso uma violência física para se sentir agredida, basta o olhar de uma pessoa que passa na rua, na padaria, no mercadinho, dentro do ônibus, na igreja, dos vizinhos, do coleguinha de escola do filho.”

Segundo ela, é difícil as prostitutas assumirem que a prostituição é uma escolha profissional: “Quando a gente não reconhece que é uma profissão, vive muito tempo dizendo que é uma necessidade. A maioria de nós diz que só está nisso até resolver seus problemas, depois sai. Mas nunca sai. Daí a gente se dá conta de que é uma opção de trabalho, além de uma opção de vida. Por isso a gente lutou tanto para regulamentar a profissão. A prostituição já é regulamentada pelo Ministério do Trabalho e consta na Classificação Brasileira de Ocupações, mas não é legal”.

Carmem comenta que o Código Penal vigente,

de 1940, é muito antiquado. “Enquanto esse texto permanecer, a prostituição não pode ser legalmente reconhecida porque a sociedade mistura no mesmo saco nosso trabalho com a exploração infantil e o tráfico de mulheres. Somos totalmente contra a exploração de crianças e de adolescentes e contra o envolvimento de meninas menores de 18 anos com prostituição.”

Nesse contexto, um órgão como o NEP é determinante para pôr fim ao preconceito. “O fato de estarmos organizadas nos faz levantar a cabeça. Podemos olhar para nós mesmas no espelho e dizer: ‘eu sou uma profissional, sou uma cidadã, tenho direito de ser o que quero e de fazer da prostituição a minha profissão’”, explica Carmem.

Gustavo Bernardes é advogado e coordenador geral do Grupo Somos – Comunicação, Saúde e Sexualidade, que lida com a temática dos direitos humanos entre os homossexuais. Ele já teve duas uniões estáveis, e uma delas o motivou a entrar com uma ação no Judiciário em 2008 para conseguir o direito de casar-se legalmente com seu companheiro. “Há um princípio no Direito brasileiro que diz: o que não estiver expressamente proibido é permitido. E o Código Civil, que regula os casamentos, tem apenas um artigo sobre proibições que não fala sobre uniões entre pessoas do mesmo sexo.”

Apesar da tese coerente, Gustavo e seu parceiro não venceram a causa: “Na época, conseguimos o voto favorável de um dos três desembargadores do tribunal aqui, mas precisávamos de dois deles para ganhar. Acabamos entrando com outra ação, que atualmente está indo para o Supremo Tribunal de Justiça”.

Um dos argumentos utilizados contra o pedido do casal é de que eles não podem se reproduzir. “Mas, se fosse por isso, as pessoas estéreis teriam de ser proibidas de se casarem”, contesta Gustavo. O advogado afirma que a principal alegação contrária se baseia na Constituição de 1988, que fala em casamento entre o homem e a mulher. “Isso significaria que o matrimônio seria apenas permitido a casais de sexos opostos. Mas, fosse assim, precisaria estar escrito o termo ‘com’ em vez de ‘e’. Falar em casamento entre homens ‘e’ mulheres significa que ambos os gêneros podem se casar com quem bem entenderem, e não somente entre si. Tanto é que a respeito da união estável o texto também fala ‘entre o homem e a mulher’, e uniões estáveis são admitidas entre pessoas do mesmo sexo”.

Na opinião de Gustavo, o motivo real da resistência está no conteúdo simbólico que há no fato de o Estado brasileiro vir a reconhecer que duas pessoas do mesmo sexo formam uma entidade familiar. “É por isso que existe uma aversão tão grande ao casamento, mas não à união estável. Se formos observar, a base desse sentimento é fundamentalmente religiosa. Tanto o Judiciário quanto o Executivo e o Legislativo – que tem uma bancada católica e outra evangélica – se colocam em situação de não laicidade, o que prejudica os nossos direitos. E, quando instituições públicas adotam um discurso religioso que nega direitos a uma parte da população, eu fico muito preocupado.”



“Garotas que batalham” têm no Núcleo de Estudos da Prostituição um ponto de apoio

Manda quem pode



FERNANDO WEBERICH - WWW.FERNANDOWEBERICH.COM

Economia

Possível retaliação comercial do Brasil aos EUA vai além das barreiras comerciais

A briga é de gigantes. Em novembro do ano passado, quando a Organização Mundial do Comércio (OMC) autorizou a aplicação de sanções contra os EUA, o governo brasileiro começou a anunciar uma retaliação comercial ao grande irmão. A disputa ocorre em função do excesso de subsídios que o governo norte-americano concede a seus produtores de algodão.

A resolução da OMC parece dar fim a um litígio que se arrastava há mais de nove anos. Desde a crise do algodão, nos anos 90, os países emergentes lutam pela diminuição dos subsídios dos produtos agrícolas estadunidenses. À época, com a queda no preço do algodão, o governo dos EUA adotou uma política protecionista, chegando a subsidiar 140% do valor líquido da produção agrícola.

As políticas de subsídio são questionadas em todos os encontros comerciais, já que a OMC busca uma liberdade econômica internacional. O professor Carlos Mielitz, do Programa de Desenvolvimento Rural da UFRGS, chama a atenção para o falso liberalismo pregado pelos países membros da Organização: "Todo mundo é liberal no mercado do outro. Eles querem acesso e privilégios a outros mercados, mas todos se protegem... E usam, para isso, algumas políticas mascaradas, como a desculpa de proteger o emprego ou questões ambientais". Além de contraditórias, as medidas adotadas pelos Estados Unidos prejudicam os produtores de algodão de outros países, sobretudo os do Brasil e da África. Os subsídios distorcem os preços do produto no comércio internacional, fazendo com que aqueles que não têm incentivos governamentais percam competitividade.

O Brasil começou a questionar os

subsídios agrícolas norte-americanos junto a OMC em 2000. Após várias tentativas de conciliação malsucedidas, o Órgão de Solução de Controvérsias – que julga a pertinência das retaliações – implementou a recomendação de que os EUA mudassem a sua política agrária, que foi considerada desigual; mais uma vez, não houve recuo. Foi então que veio a autorização para que o Brasil executasse medidas de represália ao comércio dos Estados Unidos.

Além do que se vê - O agronegócio é responsável por cerca de um terço do PIB brasileiro e representa 40% das exportações do país. O longo período de uso do subsídio ao algodão norte-americano causou enormes danos à economia do Brasil: o prejuízo é estimado em, no mínimo, US\$ 5 bilhões. A determinação da Organização Mundial do Comércio é de que a retaliação brasileira seja de até US\$ 829 milhões. Embora esse valor seja inferior ao dano causado aos agricultores do país, a sanção tem um significado político. O professor do curso de Ciências Econômicas da UFRGS Luiz Estrella Faria justifica como a medida legítima o órgão que regula o comércio internacional: "Se até a nação mais poderosa tem que ceder e obedecer à OMC, então, bom, é uma consolidação do avanço democrático".

Essa não é a primeira vez que o Brasil ganha junto a OMC (tivemos os casos do açúcar e dos aviões), porém agora não houve acordo entre as partes. No início de março, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) do Brasil divulgou a lista de produtos americanos a sofrerem sanções. Nessa primeira fase, a relação de artigos inclui desde itens de uso pessoal, como xampu e escovas de dente, até produtos da linha branca, como freezers e fogões – que terão tarifas no valor total aproximado de US\$ 560 milhões. Os outros US\$ 269 milhões foram reservados para a adoção da chamada "retaliação cruzada", que também foi autorizada. A medida consiste na possibilidade de estenderem-se as retaliações aos serviços e à propriedade intelectual, principalmente na quebra de patentes.

A escolha de determinados artigos é estratégica: aplicar sanções a outros setores da economia que não o do algodão atinge uma parcela maior do

mercado. Farias explica como o setor manufatureiro estadunidense pode contribuir para um acordo entre Brasil e Estados Unidos: "Os setores que seriam prejudicados são mais fortes do que o do algodão. Então, eles poderiam pressionar o governo a mudar a política agrícola". E acrescenta: "Um impacto de meio bilhão na economia norte-americana não é nada, mas para um determinado setor é um negócio do qual ele não vai querer abrir mão. Por isso é uma vantagem a retaliação cruzada, uma vez que afetar um setor diretamente às vezes é impossível".

Ao contrário do que se especulou, as medidas retaliatórias não afetariam o bolso do brasileiro. A secretária da Camex brasileira, Lytha Spindola, tranquilizou sobre o impacto de uma possível retaliação comercial, pois o critério do governo na definição dos produtos foi exatamente não prejudicar a indústria e o consumidor nacional. "Evitamos ao máximo incluir na lista bens de capital, insumos que pudessem prejudicar o processo produtivo. Na maioria dos casos, são produtos com pouco impacto nas importações brasileiras", declarou à BBC Brasil. Além disso, a maioria dos artigos teria substitutos tanto no mercado brasileiro como no internacional. Ainda sobre essa questão, a sobretaxação do trigo norte-americano causou polêmica, especulando-se uma possível elevação no preço do pão. "O trigo americano não chega nem a 5% do trigo importado pelo Brasil; além disso, temos alternativas, como Argentina e Canadá", lembra Mielitz.

Sem final à vista - Quando a Rodada de Doha das negociações da OMC iniciou, em novembro de 2001, as expectativas eram grandes. O objetivo: negociar a abertura dos mercados agrícolas e industriais. No entanto, a tarefa de tornar as regras de comércio mais livres, especialmente para os países em desenvolvimento, permanece em suspenso.

O ponto-chave das discussões é a agricultura, que tem no excesso de subsídios praticado pelos EUA e pela União Europeia a questão mais controversa. "Não há acordo entre países durante a Rodada de Doha sobre a agricultura. Os Estados Unidos não tiram os subsídios porque a União Europeia não tira, e

vice-versa", explica Mielitz. Apesar de a negociação comercial estar travada há anos e sem perspectiva de avanço, há uma afirmação das instituições da OMC, como diz o professor Faria: "Essa série de painéis que tiveram conclusão e que fizeram os países mudarem de posição mostra que o avanço mais importante – ter um arranjo institucional que cuide das regras de comércio e obrigue os parceiros do mercado internacional a segui-las – está consolidado".

Apesar de atrasar ainda mais a conclusão das negociações, a retaliação do Brasil contra os Estados Unidos uniu e mobilizou outros países prejudicados pelos subsídios. Nessa rodada, Brasil, Índia e os outros países que integram o chamado G20 não aceitaram a pressão das outras nações.

Desde o início da disputa, o governo brasileiro tem se mostrado aberto a negociações. A lista de produtos a serem retaliados foi divulgada há mais de dois meses, mas o Brasil procurou adiar a execução das medidas, de maneira a abrir espaço para um possível acordo com os Estados Unidos. Após o recebimento de proposta para uma solução negociada, a retaliação foi provisoriamente suspensa. Mas foi a criação de um fundo para assistência técnica e desenvolvimento no setor algodoeiro o que determinou um entendimento entre os países. No último dia 22 de abril, a Camex do Brasil divulgou novo adiamento da retaliação, dessa vez por 60 dias. No início de abril, os EUA já haviam se comprometido a reformular o programa de concessão de benefícios a seus exportadores. Além disso, o reconhecimento do estado de Santa Catarina como área livre de febre aftosa sem vacinação – o que a Organização Mundial da Saúde já fez há três anos – também foi requisito para o acordo. Com a criação do fundo, o governo norte-americano assume o compromisso de ressarcir os produtores de algodão brasileiros em US\$ 147 milhões. Caso não haja acordo definitivo até 21 de junho, o Brasil deverá finalmente aplicar as sanções comerciais.

Natália Blumberg, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da Fabco

A OMC e o sistema de solução de controvérsias

A Organização Mundial do Comércio (OMC) é o órgão que gere e trata das regras sobre o comércio entre as nações. Com sede em Genebra, na Suíça, a Organização surgiu em 1943, proveniente do Acordo de Tarifas e Comércio (GATT), criado após a Segunda Guerra Mundial. Possui 153 membros, que negociam e assinam acordos para regular o comércio internacional. O professor da Faculdade de Direito da UFRGS e especialista em OMC, Fábio Morosini, define três importantes funções deste órgão:

- 1) ser o foro competente para as negociações comerciais internacionais;
 - 2) monitorar a implementação, por parte dos países, dos Acordos da OMC, que são tratados internacionais. Em especial: o GATT, para bens; o GATS, para serviços; e o TRIPS, para aspectos comerciais dos direitos de propriedade intelectual;
 - 3) resolver, por meio do seu sistema de solução de controvérsias, as disputas entre os membros da Organização, envolvendo a aplicação dos Acordos da OMC.
- Antes de a OMC autorizar sanções, como essa retaliação brasileira, as contestações dos países reclamantes passam por uma série de etapas, regidas, principalmente, pelo Sistema de Solução de Controvérsias. Morosini ressalta a importância do Sistema: "Ele prevê a possibilidade de imposição de penalidades econômicas pelo descumprimento dos compromissos assumidos perante a OMC".



Medicina

Busca por eficácia intelectual e tratamento do déficit de atenção com Ritalina podem ser perigosos sem avaliação psiquiátrica

A superação do corpo humano não é objetivo somente de atletas que veem no pódio a razão para a prática do doping. O vestibular, as provas da faculdade ou o ritmo acelerado do trabalho são circunstâncias que têm feito jovens e adultos recorrerem às “pílulas da inteligência”, a fim de munir o cérebro de superpoderes. Em 2008, até 35% da população universitária estadunidense afirmou ter se automedicado com estimulantes, segundo pesquisas ligadas à psiquiatria. O aumento da capacidade de concentração, por exemplo, pode ser obtido pelo uso do metilfenidato – vendido comercialmente com o nome de Ritalina –, que vem sendo usado desde 1960 no tratamento do transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH).

A automedicação com Ritalina é recente, apesar de essa prática ser antiga e muito comum, conforme o psiquiatra Rafael Kaplam, responsável por tratar principalmente o TDAH em adultos. Ele explica que os estudos na área do doping cognitivo – nome dado à busca do desempenho intelectual por meio de remédios – ainda não são conclusivos: “Não é possível afirmar que a Ritalina possa dopar. Ela aumenta, sim, a atenção e a concentração, talvez mesmo em pessoas que não tenham o TDAH”. Por outro lado, a droga poderia acabar consolidando demais a memória, prejudicando a troca de informações necessária ao planejamento de atividades. “Quem se automedica com ritalina não necessariamente se torna um profissional mais produtivo. Poderia haver um incremento da atenção, da concentração, mas fica a pergunta: será que o desempenho inteiro melhoraria?” É natural que o déficit de atenção se manifeste em determinadas ocasiões, mas isso não significa que a pessoa apresente o transtorno, tampouco justifica a automedicação.

“Não há grupos de atentos e grupos de não atentos, pois a atenção é uma característica distribuída de diferentes formas na população”, assegura o psiquiatra Luis Augusto Rohde, coordenador do Programa de Transtornos de Déficit de Atenção/Hiperatividade do Hospital das Clínicas de Porto Alegre. Ele salienta a importância de uma análise psiquiátrica detalhada, uma vez que o diagnóstico do TDAH deve ser feito junto de uma avaliação cardiovascular, devido aos efeitos que o metilfenidato pode causar ao coração. Além disso, dependendo da suscetibilidade, o paciente está sujeito à diminuição do apetite, insônia, perda de peso (9% dos casos), instabilidade emocional (6%) ou desordem psicótica. Nesse sentido, a ausência da avaliação clínica deixa o usuário sujeito às reações adversas, sem a perspectiva de melhora significativa. Quem também defende o acompanhamento médico é o psiquiatra infantil Daniel Spritzer: “Assim é possível lidar com os efeitos colaterais, além de investigar fatores de risco que desencadeiem consequências mais sérias”.

Uso terapêutico consolidado – O TDAH é um dos transtornos psiquiátricos mais comuns entre crianças e adolescentes. Ele afeta entre 4 a 10% de



O metilfenidato, comercializado com o nome de Ritalina, vem sendo inadvertidamente utilizado para melhorar o rendimento acadêmico

Química para turbinar a inteligência

jovens no mundo, segundo dados da revista Nature. Tendência a se distrair com muita facilidade, pouca atenção a detalhes, dificuldade de se organizar, perda de objetos ou esquecimento de compromissos estão entre os principais sintomas da doença, que se manifesta sob três subtipos diferentes. O primeiro deles é o “predominantemente desatento”, no qual a pessoa só apresenta problemas de atenção. O segundo é o grupo dos hiperativos – que possuem alta impulsividade, estão sempre mexendo, têm dificuldade para esperar. Por último, e o mais frequente entre os três, é o tipo combinado, no qual são diagnosticados tanto sintomas de hiperatividade quanto de déficit de atenção.

Até pouco tempo, pensava-se que o TDAH era algo exclusivo de crianças. Entretanto, estudos recentes revelam que o distúrbio pode manter-se durante a vida adulta em até 60% dos pacientes. Nesses casos, a indicação de tratamento perdura pelo tempo em que a pessoa manifestar prejuízo em decorrência desses sintomas, embora sua manifestação se torne um pouco diferente com relação à infância. Esses adultos costumam ter dificuldade no gerenciamento do tempo ou apresentar características de *workaholic* (viciados em trabalho) e um comportamento desafiador. “O uso do medicamento tem uma série de evidências de ser o mais efetivo. Cerca de 70% dos pacientes responde bem ao tratamento. Mas nós estamos falando de cura, pois a droga somente ataca os sintomas”, explica Daniel Spritzer.

Com uma ação semelhante a das anfetaminas, o metilfenidato atua, sobretudo, no sistema nervoso central e inibe a absorção da dopamina e da noradrenalina, deixando-as disponíveis no sangue e acentuando os efeitos estimulantes, de maneira que a pessoa fique mais alerta e agitada. Um estudante de 17 anos utilizou a Ritalina por três anos na infância, sob acompanhamento médico, e há dois meses usa o medicamento em decorrência da sua preparação para o vestibular. “Como esse é um ano bem difícil pra mim, pois quero fazer Direito na UFRGS, acho que vale a pena usar, já que tenho déficit de atenção.” Apesar de já ter aprendido a lidar com o transtorno, ele reclama dos efeitos colaterais do metilfenidato: “Passo o dia inteiro com um ‘nó no estômago’, ansioso. Parece que vou jogar um jogo importante. O pior é a falta de apetite causada pela ansiedade. Também não é uma boa fazer esportes intensamente no ápice do efeito, pois causa muita náusea e tontura”.

Mesmo que o diagnóstico do TDAH demande anos de tratamento, o resultado no rendimento escolar é compensatório, segundo a responsável pela orientação pedagógica de uma escola privada de Porto Alegre. “Quando o transtorno é diagnosticado e a pessoa é bem medicada, os efeitos aparecem positivamente nas notas, no comportamento em sala de aula. Não há milagre, mas o foco da criança volta a centrar-se. A Ritalina ajuda muito.” Ela ressalta que a utilização do metilfenidato tem aumentado devido à maior frequência do diagnóstico da doença. Os profes-

sores são orientados a acompanhar de perto um aluno que possa apresentar o TDAH. Inicialmente, são feitas intervenções em sala de aula ou se incentivam atividades práticas, permitindo a saída do ambiente para tomar água, por exemplo. O aprendizado passa, então, a ser avaliado, “porque quem não se concentra não vai absorver”. Quando se percebe a necessidade da avaliação médica, o estudante é encaminhado ao departamento pedagógico e daí à família. “Muitas vezes nem é TDAH. Pode ser alguma alteração comportamental oriunda de um problema em casa. Tomamos muito cuidado para ver se a criança está realmente acompanhada pelo neurologista, pelo psiquiatra e não tomando a medicação por conta”, explica a psicóloga.

Automedicação e ética – Obter benefícios profissionais de medicamentos estimulantes, sem diagnóstico clínico, é um mau negócio. As razões mais comuns que justificam seu uso, segundo Luis Augusto Rohde, são a busca pelo aumento da produtividade (40%), manter-se acordado (23%) e recreação (27%). O caso específico da Ritalina tem suscitado um debate ético no meio psiquiátrico, levando médicos a aprenderem a orientar quem procura o consultório para obter o remédio – que só pode ser comprado com receita –, mas não apresenta a doença. “Ouvimos com frequência pacientes que nos dizem saber que não têm nada, mas que desejam tomar Ritalina. Muitos ficam bastante bravos se não a recebem. É uma discussão nova na psiquiatria”,

argumenta Rafael Karam. E esclarece ainda que, antes de apresentar qualquer tipo de efeito colateral, a pessoa deve interromper a automedicação.

Na escola, a demanda pela medicação aparece na voz dos pais, por exigirem melhor desempenho dos filhos ou esperarem das crianças uma postura mais calma. A orientadora pedagógica observa que a Ritalina é, nesse sentido, mal utilizada: “Temos alunos agitados, mas que não apresentam necessariamente esse transtorno. Às vezes, as mães vêm aqui e dizem: eu acho que ele é hiperativo. Mesmo que o diagnóstico não bata, elas continuam insistindo, quando as crianças apresentam em realidade outros problemas emocionais, e não o TDAH”, defende.

Luis Augusto Rohde chama a atenção para o mesmo aspecto e confirma que os riscos para pacientes e para pessoas sem o transtorno são os mesmos. “As pessoas estão fazendo mau uso de um remédio que pode trazer grandes benefícios para pacientes que são bem acompanhados”, argumenta. Além disso, os efeitos colaterais psicológicos também devem ser cuidadosamente avaliados pelo médico ao receitar esse tipo de medicamento, principalmente porque ele pode estar carimbando a ideia de que o metilfenidato, por exemplo, é o instrumento responsável pelo sucesso profissional. “É preciso ser cuidadoso com esta possível interpretação: ‘vou te dar isso para que possas passar no concurso’”, conclui Rafael.

Maria Elisa Lisboa, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabício



Sinfonia cerebral no Salão de Atos

Neurociência

O cientista Miguel Nicolelis diz que pesquisas de ponta vão revolucionar este século

Jacira Cabral da Silveira

Um som semelhante ao produzido pelo mar ocupou o silêncio de uma assistência absolutamente concentrada: “Eu gostaria de apresentar aos senhores a *10 segundos de um pensamento*”. Assim começou a palestra do neurologista Miguel Nicolelis, que esteve no dia 3 de abril no Salão de Atos da UFRGS, dando início à edição de 2010 do Seminário Fronteiras do Pensamento, promovido pela Braskem. Com o salão absolutamente lotado, ele mostrou as filmagens dos experimentos realizados por sua equipe, registrando a decodificação gráfica do pensamento de Aurora, uma valiosa macaquinha de laboratório.

Formado em Medicina pela USP (1984) e atualmente professor e codiretor do Centro de Neuroengenharia da Duke University (EUA), docente do Instituto Cérebro e Mente da Escola Politécnica Federal de Lausanne (Suíça) e diretor científico do Instituto Internacional de Neurociências de Natal Edmond e Lily Safra (IINN-ELS), Nicolelis tem experiência na área de fisiologia, atuando principalmente em informática médica, eletrofisiologia, sistemas sensoriais e próteses neurológicas.

Apontado pela revista *Scientific American* como um dos 20 cientistas mais importantes do planeta, o humanista, nascido na cidade de São Paulo em 1961, faz parte da linhagem de neurologistas brasileiros seguidores de Bernardo Houssay, pesquisador da Universidade de Buenos Aires e ganhador do Prêmio Nobel de medicina e fisiologia em 1947. Conforme Nicolelis, a neurociência migra para o Brasil com outro argentino, o médico Miguel Rolando Covian, professor da USP de Ribeirão Preto, com quem César Timo-Iaria fez doutorado em fisiologia. Este último consagrou-se o pai da neurociência brasileira, de quem Nicolelis se tornaria discípulo.

De acordo com o médico paulista, as experiências narradas no Salão de Atos para mais de mil pessoas são a realização de um sonho que remete



Pesquisador acha que o avanço da neurociência poderá devolver o movimento a muitos indivíduos

ao trabalho de todos os que o antecederam: “Nos últimos 10 anos, nós adquirimos a possibilidade de fazer algo até então irrealizável: conseguimos ler pequenos pensamentos. Se os senhores nunca viram uma tempestade cerebral, eu gostaria de apresentar aos senhores 10 segundos de um pensamento”.

Há oito anos, o grupo de pesquisadores do IINN-ELS, no Rio Grande do Norte, dirigido por Nicolelis, registrou pela primeira vez no mundo a imagem de 100 neurônios disparando, simultaneamente, no cérebro de uma das macaquinhas que auxilia nos experimentos. A imagem registrava as tentativas neurais de Aurora para identificar a cor e a localização de um estímulo visual na tela do computador a sua frente e fazer um movimento da mão, que segurava o joystick, para alcançar esse estímulo e agarrá-lo. “É a transformação viso-motora traduzida numa atividade elétrica produzida por essas tempestades cerebrais”, explica o neurologista. Segundo ele, essa experiência é o que a neurociência deste século procura entender: “Ler o código dessas tempestades e traduzi-las para fins médicos, e assim aumentar

a capacidade do nosso poder de ação como espécie”.

Na ponta dessas investigações está a possibilidade de a neurociência devolver a muitos indivíduos o movimento de pernas e braços, que poderão voltar à ação por meio de uma futura “veste robótica, como o exoesqueleto de um besouro que vai carregar um corpo biológico que não pode mais se mexer, controlado por um cérebro que deseja se mover, mas não pode”. Essa veste está sendo construída por Gordon Sheine, amigo do médico paulista e um dos maiores roboticistas do mundo.

O caos é fundamental – Usando a tecnologia das tempestades cerebrais, os cientistas puderam descobrir ainda que o estado parkinsoniano nada mais é do que uma crise epiléptica, um estado de alta sincronia dos neurônios do cérebro, que começam a disparar num mesmo momento. “Por incrível que pareça, ordem demais dentro do nosso cérebro é patológico. Para o cérebro, o caos é fundamental”, considera.

Nicolelis explica que tal sincronia perfeita é a paralisia no cérebro, porque se todas as células dispararem

ao mesmo tempo, a diversidade de padrões que o órgão precisa produzir não ocorre. Os experimentos comprovaram que o implante usado para mandar mensagem ao cérebro na superfície da medula espinhal do macaco parkinsoniano, estimulando-o posteriormente a produzir o caos dentro de sua ordem cerebral, dissolveram as crises epilépticas parkinsonianas, permitindo que esses animais se mexessem novamente sem qualquer medicação. A primeira demonstração desse feito foi conseguida recentemente em Natal, para orgulho de Nicolelis e de toda a equipe que trabalha com ele.

Ao finalizar sua palestra, o forte candidato ao Prêmio Nobel previu que a neurociência do século XXI fará muito mais do que simplesmente explicar quem somos, nossas origens e aquilo tudo a que chamamos *da natureza humana*: “Acho que a neurociência e a ciência como um todo vão revolucionar este século porque elas vão se transformar nos agentes de inclusão social daqueles que jamais participaram no mundo da produção do conhecimento de ponta ou do consumo do conhecimento de ponta”.

Inovação tecnológica e fomento à ciência

Antes de chegar a Porto Alegre para a palestra no Salão de Atos da UFRGS, o médico neurologista Miguel Nicolelis falou ao telefone à reportagem do *Jornal da Universidade*. Entre outros temas, o pesquisador refletiu sobre a criação dos parques tecnológicos no Brasil:

JU – Nossos parques tecnológicos seguem um modelo norte-americano, mas há um problema muito sério nisso: na grande maioria desses parques, mais de 90% das pequenas empresas criadas desaparecem, não conseguem sobreviver. Por isso não se pode criar um parque sem ter a ideia do que se vai fazer com ele. Qual vai ser seu grande tema? Quais serão as grandes empresas que darão suporte a longo prazo?

Nicolelis – Eu não acredito na importação do

modelo estadunidense para o Brasil. Acho que em nosso país o grande investidor dos desenvolvimentos tecnológicos tem que ser o Poder Público. Mas, para que isso ocorra, precisamos desburocratizar as formas de atuação do governo no fomento da ciência.

Nosso país precisa de uma reforma tremenda e da agilização e valorização do mérito científico em alta escala, para que essa tradução da ciência básica em ciência aplicada traga proveitos para a sociedade brasileira. É o caso da Petrobras e da Embraer, que são exemplos claros onde isso aconteceu, mas são apenas dois casos. Se a gente vai para outro país, como os Estados Unidos, por exemplo, encontramos 20 mil casos parecidos com esses.

Os parques tecnológicos têm de estar substanciados em excelência e devem ser construídos a partir de uma excelência científica que tenha uma

chance razoável de gerar produtos verdadeiros. O Brasil precisa criar uma Apple, uma IBM, uma Microsoft nacionais, mas para isso você tem de ter uma ideia e fundamentá-la cientificamente.

É preciso criar um braço investidor, que eu gosto de chamar de Banco do Cérebro – uma entidade que financie a inovação científica diretamente, com empréstimos a fundo perdido. Uma empresa que tenha suporte para pesquisa de alto risco, mas algo realmente ágil, que valorize o mérito científico e o cientista brasileiro, longe da burocracia de outras entidades que nós temos. Possuímos condições de nos tornar líderes mundiais em várias áreas essenciais neste século, mas para isso necessitamos de uma visão de longo prazo e apostar na excelência, no mérito, e não em questões políticas para a divisão de verbas na ciência.

JU indica

Álbum de família: a imagem de nós mesmos

Armando Silva
Editora Senac São Paulo / Edições SESC SP,
2008, 312 págs.
R\$ 55 (valor médio)

Com uma recente versão em português, a obra apresenta os resultados de uma pesquisa rigorosa que traz reflexões para pensar sobre a intimidade familiar



e, por extensão, da sociedade. Dividido em oito partes - cinco capítulos teóricos e três anexos com a metodologia e as fotografias da investigação -, o livro conta histórias a partir de imagens.

Ao contar histórias, o álbum de fotos é construído a partir do ponto de vista das gerações que participam dele, das regiões culturais, da idade ou do sexo dos narradores. Se o álbum é rito, é memória. Logo, esses arquivos apresentam distinções, dependendo de cada localidade, contexto familiar, motivações pessoais, entre outros.

Entre suas descobertas com a pesquisa, o autor atenta para o protagonismo da mulher na preservação da memória familiar. Em todas as regiões pesquisadas, os álbuns são - na imensa maioria - montados e contados pelas mulheres da casa. Paradoxalmente, os homens são os responsáveis por bater mais fotos (66%).

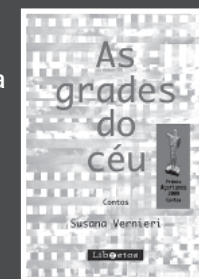
Na edição brasileira, a obra ganhou ainda um capítulo específico para problematizar “os imaginários de família no álbum digital”. Nele, o autor se dedica a refletir sobre as mudanças ocasionadas com a migração do tradicional álbum para o ambiente digital, onde as fotografias passam a fazer parte de um coletivo digital.

Dessa forma, Armando Silva apresenta em seu “Álbum de família” um texto indispensável e, acima de tudo, atual para refletir sobre o pensamento visual na nossa sociedade. (Bruno Alencastro)

As grades do céu

Susana Vernieri
Ed. Libretos, 2009, 80 págs.
R\$ 20 (valor médio)

Quarto lançamento da jornalista e doutora em Literatura Brasileira pela UFRGS, o livro venceu o Prêmio Açorianos 2009, concedido pela Secretaria Municipal da Cultura na categoria Contos. A autora apresenta 13 pequenos contos sobre loucura, sonhos, angústias, mistérios e pequenas situações do cotidiano, nos quais se alternam desespero, melancolia, lirismo e comichão. O olhar perspicaz de Susana persegue incessantemente um sopro, que seja, de liberdade e compreensão para suas criaturas. Todos os contos são entremeados por uma sutil linha condutora paralela, registrada na trajetória do pássaro inicialmente engaiolado - em ilustrações do artista plástico Pena Cabreira.



Em “O Unicórnio”, talvez a melhor história da seleção, um solitário narra o curto idílio que vive ao ter um unicórnio como companhia. O animal mítico, que segundo a lenda tem o poder de realizar desde os desejos mais singelos até os mais ambiciosos, preenche as tristes noites do solitário, enquanto ele nada deseja. Mas, quando um simples gesto afugenta o animal, o solitário verbaliza um desejo, cuja impossibilidade de realização irá tornar seus dias ainda mais desoladores. (Ânia Chala)



Entre a sombra e o infinito

Entrevista

Psiquiatra relata a experiência de penetrar na vida dos inuit e desvendar as causas do suicídio nessa população

O avião voa abaixo das nuvens e transporta sobre o oceano congelado os olhos contemplativos. Abandonada a massa urbana, começa o continente branco, gelado e infinito. Genuíno é o cenário natural da vida inuit, para quem o sim é uma puxada de ar para dentro e o não, uma olhada para o chão. Os inuit – conhecidos popularmente como “esquimós” – vivem em Nunavut, território mais ao norte do Canadá, onde o sol não se põe nos três meses de verão e a natureza toma as rédeas do cotidiano.

Durante um ano, esse foi o destino do psiquiatra graduado pela UFRGS Eduardo Chachamovich, que visitou 15 comunidades inuit. “Eu passava três semanas em Nunavut e outras três em Montreal.” Além de colocar o paladar à prova ao degustar coração de foca, ele conduziu uma pesquisa reveladora sobre as altas taxas de suicídio entre a população jovem inuit – 35 pessoas em 100 mil (a média anual mundial é três em 100 mil). Após concluir seu doutorado também na Universidade, Eduardo engajou-se no projeto financiado pelo governo canadense no McGill Group for Suicide Studies (Grupo de Estudos sobre Suicídio) da Universidade de McGill, em Montreal.

No período em que esteve em Nunavut, Eduardo não se intimidou com as temperaturas negativas. Sua máquina fotográfica o empurrava para



Os jovens inuit não se enquadram no modelo familiar tradicional nem no estilo de vida dos brancos

fora de casa e o colocava em diálogo com a principal personagem da vida ‘esquimó’: a natureza. Na seção Ensaio desta edição do JU é possível conferir parte dos registros do pesquisador.

JU - Por que essas comunidades têm altos índices de suicídio?

Eduardo - Ainda não temos nenhum dado científico como resultado de nosso projeto. Mas uma corrente aponta que o suicídio tem a ver com o processo de aculturação, porque os inuit tinham um estilo de vida nômade. Na época da Guerra Fria, o governo canadense forçou as comunidades a morarem juntas, pelo interesse geopolítico de demarcar o Ártico como território canadense, e isso mudou o papel das comunidades. Os inuit ainda caçam, mas não precisam caçar para comer, porque chega comida. O suicídio existia antes, mas não como agora.

JU - Como eles reagem à morte?

Eduardo - Os inuit não falam muito,

encaram a coisa como “tinha que ser, não tem muito o que a gente possa fazer”. Mas no fundo não aceitam, entendem que não é uma morte natural. Antes dos brancos chegarem, eram os velhos doentes e incapazes de se deslocar com o grupo que se entregavam à morte, a fim de deixar o grupo seguir. Mas hoje em dia é diferente: os jovens se enforcam entre 18 e 25 anos. Os inuit sentem que é outro tipo de suicídio.

JU - E quais seriam os outros fatores para isso?

Eduardo - Há um alto índice de dependência de drogas e álcool. Acreditamos também que há muitos problemas dentro das famílias, provavelmente abusos físicos sexuais durante a infância. É provável que seja uma combinação dessas duas coisas.

JU - E a estrutura familiar tem relação com isso?

Eduardo - Este povo tem uma estrutura familiar baseada em como as coi-

sas eram quando ainda viviam como nômades: o homem é quem caça. E a mulher, cuida dos filhos e da vestimenta. O cara traz a foca, tira a pele e vai cuidar da carne, congelar, dar para os cachorros, e a mulher pega a pele e tem de lavar. Acho que a principal implicação é que as gerações recentes não se enquadram mais nesse modelo tradicional (já que agora têm acesso ao modo branco de vida pela televisão, pelos brancos que vão a Nunavut e pelas viagens que alguns fazem ao sul), mas ao mesmo tempo não se encaixam nesse modelo. Assim, as novas gerações ficam presas entre dois modelos e não se identificam com nenhum.

JU - O que eles vêm fazendo para reverter essa situação?

Eduardo - Todos sentem que é uma coisa que tem de mudar, mas nem todas as comunidades se organizam suficientemente, porque esse grupo que fala que o problema se deve à mudança cultural é o mesmo que tende

a reclamar do governo. Há remorso com o que aconteceu. Então a população tem organizado encontros com os líderes de comunidade, com os pais que perderam os filhos, com o líder do colégio para ajudar as famílias que estão com problemas. Esse é um momento de mudança de postura. Voltar para como era é impossível, não tem como. O que eles querem é manter as tradições inuit, para que não desapareçam totalmente. A ideia é de poder conviver com o que é “branco” e com o que é inuit harmonicamente. É muito bom a gente poder intervir nesse sentido, ajudar as famílias, para que eles mesmos tomem a liderança.

JU - Qual a dimensão do tempo que tu descobriste em Nunavut?

Eduardo - Eles são muito mais pacientes do que nós e têm um respeito ao tempo, porque tudo lá funciona pela natureza. Ela é realmente respeitadíssima: lá isso é uma questão de vida ou de morte. Se não dá pra caçar, paciência, espera-se. Nesse sentido, é bacana porque o tempo é outro. Todo mundo tem cautela, respeito, pois as necessidades vêm depois.

JU - Esses fatores naturais teriam implicações psicológicas na população?

Eduardo - Menos do que a gente imagina. Para nós, isso acaba sendo algo mais angustiante, mas para eles foi sempre assim, há quatro mil anos. E mesmo as questões de variação de dia e de noite: durante três meses o sol não se põe nunca. Depois chega o inverno de três meses de noite sem parar. Quando termina o verão e começa a escurecer, para eles é uma bênção: finalmente está chegando o escuro, é mais fácil para dormir, para caçar – porque de dia é mais complicado, eles se perdem. É um jeito de entender diferente do nosso.

Maria Elisa Lisbôa, estudante do 8.º semestre de jornalismo da Fabrice



No tom

O dedo umedecido circundou a borda do copo, e o entardecer da floresta derramou-se sobre o público que esperava silencioso no Salão de Atos da UFRGS pelo cantar do uirapuru. Ele veio acompanhado pelo Waldteufel (em alemão, “o diabo da floresta”), instrumento híbrido da família dos tambores de fricção, trazido ao palco na forma de um pote de plástico para sussurrar o barulho das madeiras. Essa foi uma das paisagens sonoras pintadas no Unimúsica de abril pelo som de Ney Rosauro, Sandro Cartier e o Grupo de Percussão da Universidade de Passo Fundo.

O curupira se encarnou no ambiente com o cair repentino das latas cinzentas e invadiu o palco quebrando tudo. O folclore brasileiro contado pela música: essa é a essência de uma das peças compostas por Ney Rosauro, que leva o nome *Mitos Brasileiros*. Quem também faz parte dessa narrativa é a iara, que entrou em cena depois de a água ter dado o seu tom, com a ajuda

de dois baldes e uma torneirinha. O compositor revela que a inspiração para elaborar a peça veio das histórias que lia para os filhos, encantando-se com os personagens míticos brasileiros. E nada mais rico do que representar essa magia através das infinitas possibilidades da música. A sonoridade dos instrumentos inundou a atmosfera com a simbologia do saci e, por último, da mula sem cabeça, evocada com um tambor. Ney conta que, para ele, compor sempre foi algo muito natural. “Tinha 24 anos quando ouvi pela primeira vez uma marimba. Fiquei fascinado. Assim como a marimba, trabalhamos com instrumentos que são raros.” Ele se refere aos responsáveis pelo “encanto e magia da percussão”, como o vibrafone, a caixa clara, o tamborim, o pandeiro, o xilofone e tantos outros objetos a partir dos quais é possível se construir um universo polifônico.

O show começou com o delicado casamento da Mãe Terra com o Pai Céu (*Mother Earth, Fa-*

ther Sky and Percussion Ensemble), a mais recente composição de Ney, baseada em lendas dos índios da América do Norte.

O tradicional também teve seu espaço na noite percussionada. Villa-Lobos esteve presente na interpretação do *Prelúdio das Bachianas Brasileiras número 4*. O desafio do Grupo é justamente mostrar o lado sinfônico da percussão, ainda pouco difundido no Brasil.

Na sequência, o público pôde sacolejar embalado pelo “som que vem das cordas”, numa mistura rítmica de samba, berimbau e blues. É uma conversa perfeita entre a música brasileira e a americana pelas cordas do berimbau modificadas e pela voz. O criador da combinação *Samberim-blues*, Sandro Cartier, parceiro musical de Ney há 14 anos, une o primitivo com a tecnologia. Isso é

resultado de projetos sociais na área da música, com a construção de instrumentos com materiais recicláveis. “Temos que divulgar a música como algo maior do que o som, como um elemento emancipador do homem”, defende.

Um ritmo típico como o frevo ganhou a incumbência de encerrar o espetáculo, que contou com 750 pessoas. *Refrevando* incendiou as mãos dos nove músicos em palco. Mãos movidas pela percussão interior, pelo ritmo que já nasceu dentro do homem no tambor do coração.

Maria Elisa Lisbôa, estudante do 8.º semestre de jornalismo da Fabrice



DESTAQUE

Para pensar a brasilidade



Conferências UFRGS

Futebol e identidade nacional é a próxima atração do ciclo

O que é ser brasileiro? Existe uma identidade nacional em uma nação tão diversificada? Quando surge uma consciência da nacionalidade? Afinal, o que o Brasil pensa de si mesmo? O curador do ciclo Conferências UFRGS 2010 *Brasil e Brasilidade*, professor Pedro Cezar Dutra Fonseca, explica que quando se propõe fazer uma discussão sobre o Brasil sob diversos ângulos, surgem mais perguntas que respostas. Para pensar sobre essas questões, foram convidados intelectuais, professores da Universidade, para palestrar sobre um tema específico, sempre às quartas-feiras, às 18h30min, na Sala Fahrion.

Na conferência de abertura, em 12 de maio, o docente José Vicente Tavares dos Santos abordou o *Brasil e América Latina: identidade e diversidade*. Algumas das suas reflexões podem ser conferidas no texto da página 4 desta edição, na sessão Debates: "Brasil na América Latina: diversidades mundializadas". Segundo Pedro Fonseca, é importante analisar como o nosso País se relaciona com o resto do mundo.

O próximo assunto do ciclo não poderia ser mais pertinente para a época do ano: *O Brasil na Copa do Mundo é a "pátria em*

chuteiras"? Futebol e identidade nacional. Fazendo referência ao livro de Nelson Rodrigues com crônicas sobre o esporte, o professor da História César Augusto Barcellos Guazzelli questiona se o país, atualmente, é a verdadeira nação do futebol. Nos últimos anos, ele voltou a ser um objeto de consumo dos grupos sociais mais abastados, pelo custo elevado dos jogos e pela imposição dos programas de TV a cabo.

A palestra do professor Guazzelli acontece em 9 de junho. Informações e inscrições gratuitas com o Departamento de Difusão Cultural, pelo telefone (51) 3308-3034 ou pelo site www.difusaoocultural.ufrgs.br.

Programação

7 de julho - Existe uma música erudita brasileira? Celso Loureiro Chaves

11 de agosto - O Brasil pensa a si mesmo: os intérpretes do país

8 de setembro - Literatura brasileira - antropofagia ou mais que isso? Luís Augusto Fischer

13 de outubro - Sensualidade e sexualidade no Brasil

10 de novembro - A Construção da Identidade nacional no Brasil

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

8 de dezembro - Existe uma educação brasileira? Merion Campos Bordas

CINEMA

Alfred Hitchcock

A Sala Redenção-Cinema Universitário apresenta, com entrada franca, ciclo Alfred Hitchcock: suspense e mistério no cinema. A mostra conta com o apoio do Centro de Entretenimento E o Vídeo Levou. Curadoria de Tânia Cardoso de Cardoso e Renato Bonatto Jr.

OS PÁSSAROS



(EUA, 1963, 119 min)
Bela loira chega ao balneário californiano de Bodega Bay perseguindo um solteiro, mas é inexplicavelmente atacada por uma gaiota. Em seguida, milhares de pássaros aparecem na cidade atacando os residentes.
Sessão: 27 de maio, 16h

INTRIGA INTERNACIONAL
(EUA, 1969, 136 min)
Publicitário de Manhattan, confundido com um agente, se envolve em trama de espionagem.
Sessão: 28 de maio, 19h

TOPÁZIO
(EUA, 1969, 143 min)
Agente americano da CIA contrata francês para ir a Cuba checar rumores de misséis russos e um espião da Otan chamado Topázio.
Sessão: 31 de maio, 16h

FRENESI
(EUA, 1972, 116 min)
Criminoso sexual conhecido como o Assassino da Gravata deixa a polícia de Londres em estado de alerta.
Sessão: 31 de maio, 19h

Imagens, fragmentos e cenas de amor

Em junho, a Sala Redenção oferece uma mostra de filmes com a temática do amor. Curadoria de Tânia Cardoso. Entrada franca.

E O VENTO LEVOU



(EUA, 1939, 241 min), de Victor Fleming
Os amores e desilusões de Scarlett O'Hara com a Guerra Civil Americana como pano de fundo.
Sessão: 1.º de junho, 16h

BRILHO ETERNO DE UMA MENTE SEM LEMBRANÇAS
(EUA, 2004, 108 min), de Michel Gondry
Desiludida com o fracasso de um relacionamento, mulher aceita submeter-se a um tratamento experimental para apagar sua memória.
Sessão: 2 de junho, 16h

SABRINA
(EUA, 1954, 114 min), de Billy Wilder
Filha do chofer de uma família rica atrai a paixão dos dois filhos dos patrões.
Sessão: 2 de junho, 19h

EM NOME DE DEUS
(ING, 1988, 115 min), de Clive Donner
Respeitado filósofo de Paris (comprometido com o celibato) é contratado para ser o tutor de moça.
Sessão: 3 de junho, 16h

O CÉU QUE NOS PROTEGE
(EUA, 1990, 137 min), de Bernardo Bertolucci
Milionários veem seu casamento afundar e têm viagem ao Saara como última chance.
Sessão: 3 de junho, 19h

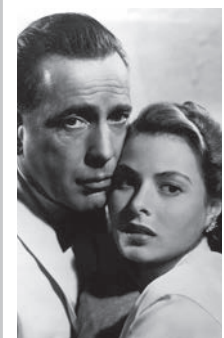
DOCTOR JIVAGO
(EUA, 1965, 201 min), de David Lean
A Revolução Russa pela ótica do médico e poeta Yuri Zhivago.
Sessão: 4 de junho, 16h



O JARDINEIRO FIEL
(EUA, 2005, 128 min), de Fernando Meirelles
No Quênia, ativista é encontrada brutalmente assassinada. O marido diplomata sai em busca da verdade.
Sessão: 7 de junho, 16h

BONNIE E CLYDE
(EUA, 1967, 111 min), de Arthur Penn
Durante a Grande Depressão, jovens apaixonados se tornam lendária dupla de assaltantes.
Sessão: 7 de junho, 19h

ENTRE DOIS AMORES
(EUA, 1985, 160 min), de Sydney Pollack
Rica dinamarquesa casa com barão por conveniência e vai morar em uma fazenda no Quênia.
Sessão: 8 de junho, 16h



CASABLANCA
(EUA, 1943, 102 min), de Michael Curtiz
Casablanca é rota obrigatória de quem foge dos nazistas. Lá Rick Blaine ajuda fugitivos de guerra e reencontra a ex-amante que partiu seu coração.
Sessão: 8 de junho, 19h

ALTA FIDELIDADE
(EUA, 2000, 107 min), de Stephen Frears
Dono de loja de discos abandonado pela mulher decide reencontrar antigas namoradas.
Sessão: 9 de junho, 16h

ANTES DO AMANHECER
(EUA, 1995, 105min) de Richard Linklater
Um dia antes de partirem, jovem americano e estudante francesa se conhecem em trem.
Sessão: 10 de junho, 16h

ANTES DO PÔR DO SOL
(EUA, 2004, 80 min), de Richard Linklater
Depois de viverem um grande amor, escritor norte-americano e francesa ativista ambiental se reencontram em Paris.
Sessão: 10 de junho, 19h

"U.S.A. não abusa!" Os Estados Unidos da América em Tempos de Guerra

Projeto de extensão que analisa a história norte-americana a partir do seu envolvimento em conflitos bélicos. Ingressos a R\$ 3.

9.ª Jornada - Guerra Fria, ainda: os EUA no Vietnã
APOCALIPSE NOW
(1979, 153 min), de Francis Ford Coppola
Debateadores: André Luiz Reis da Silva e Fatimari Lunardelli
Sessão: 29 de maio, às 15h30min

10.ª Jornada - Guerra Fria, mais uma vez: os EUA e os norte-americanos
HAIR



(1979, 121 min), de Milos Forman
Debateadores: Maria Luiza Filipozzi Martini e Lucas Monteiro
Sessão: 5 de junho, às 15h30min

CineDebate em Direitos Humanos

Ciclo gratuito provido pela Liga dos Direitos Humanos UFRGS.

TARTARUGAS PODEM VOAR



(Irã/Iraque, 2004, 98 min), de Bahman Ghobadi
Em vila de curdos no Iraque, antes do ataque americano, moradores buscam uma antena para ter notícias via satélite.
Sessão: 9 de junho, 19h
Local: Sala Redenção

MÚSICA

OSPA-UFRGS

CONCERTOS LEGAIS
Com a regência do maestro Manfredo Schmidt
Data: 1.º de junho (terça-feira)
Local e horário: Salão de Ato, às 10h
Ingressos: R\$ 20 na bilheteria do Salão de Ato, a partir de 31 de maio

CONCERTOS PARA A JUVENTUDE
Regência de Carlos Prazeres
Data: 6 de junho (domingo)
Local e horário: Salão de Ato, às 11h
Ingressos: R\$ 1 na bilheteria do Salão de Ato

CONCERTO OFICIAL
A Orquestra interpreta Cantus in memory of Benjamin Britten; Concerto n.º 2, op. 21, em fá menor, de F. Chopin; e a Sinfonia Fantástica op. 14, de H. Berlioz, tendo como solista André Carrara. Regência de Carlos Prazeres.
Data: 8 de junho (terça-feira)
Local e horário: Salão de Ato, às 20h30min
Ingressos: R\$ 20 na bilheteria do Salão de Ato, a partir de 7 de junho

Unimúsica

ENSAIO ABERTO DE SANTIAGO VAZQUEZ E MÚSICOS CONVIDADOS



Sinônimo de hibridismo, o trabalho do portenho combina elementos do pop, do tango, da tradição musical escrita do século XX, do folclore argentino, do free jazz e da música experimental.
Data: 2 de junho (quarta)
Local e horário: palco do Salão de Ato, às 20h
Inscrições pelo site www.difusaoocultural.ufrgs.br/ agendamento

SHOW DE SANTIAGO VAZQUEZ E CONVIDADOS
Multi-instrumentista, o argentino Santiago Vazquez começou na bateria. Estudou composição erudita, harmonia moderna,

orquestração e instrumentação. Sua música utiliza desde piano, baixo e guitarra até instrumentos fabricados por ele mesmo com sucata e objetos domésticos, apropriando-se ainda da percussão de países como Marrocos, Índia, Zimbábue e Brasil.
Data: 3 de junho (quinta-feira)
Local e horário: Salão de Ato, às 20h
Retirada de ingressos a partir de 31 de maio na bilheteria do Salão, mediante a doação de 1 kg de alimento não perecível.

Sarau no Arena

O Teatro de Arena de Porto Alegre e o Departamento de Música da UFRGS estabeleceram uma parceria cultural para promover um evento musical na última terça-feira de cada mês. Os encontros terão o seguinte formato: apresentação dos instrumentos, com pequenas explicações sobre os mesmos e sobre as músicas a serem tocadas; apresentação musical e manifestações do público. Coordenação do professor Fernando Mattos.

UNIVERSO PARALELO COM SILVIA CARVALHO (CANTO) E FLÁVIA DOMINGUES ALVES (VIOLÃO)
Data: 25 de maio (terça-feira)
Local e horário: Teatro de Arena, às 18h30min
Entrada Franca

Interlúdio

Parceria entre o Departamento de Difusão Cultural da Pró-reitoria de Extensão e o Departamento de Música do Instituto de Artes da UFRGS, o projeto traz uma série de recitais de alunos da Universidade.

DUO DE VIOLONCELO E PIANO COM PHILIPP MAYER E EDUARDO KNOB
Data: 28 de maio (sexta-feira)
Local e horário: Sala Fahrion, às 12h30min
Entrada franca
Informações no site www.difusaoocultural.ufrgs.br/ ou pelos fones 3308-3034/3933

EXPOSIÇÕES

Uniate - Arte Contemporânea no IA - Nova Geração



Exposição que reúne obras criadas por 32 artistas formados pelo Bacharelado em Artes Visuais no 2.º semestre de 2009. Oferece um panorama da linguagem múltipla e híbrida da Arte Contemporânea produzida do IA/UFRGS em fotografia, vídeo, desenho, pintura, escultura, instalação e cerâmica. Coordenação da professora Ana Albani de Carvalho.
Visitação: até 7 de junho
Local e horário: Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, de segunda a sexta-feira, das 10h às 18h
Entrada franca

Desenvolvimento Sustentável, por quê? A biodiversidade. A energia.

Numa parceria com a Aliança Francesa de Porto Alegre, serão apresentadas imagens de nosso planeta, de autoria do fotógrafo francês Yann Arthus Bertrand, denunciando as agressões que o ser humano vem fazendo a sua própria casa.
Visitação: 15 de junho até 23 de julho
Local e horário: Museu da UFRGS, de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h
Entrada franca

TEATRO

8.ª Mostra Anual Universitária de Teatro

Mostra organizada pelo Departamento de Arte Dramática do Instituto de Artes da Universidade dentro do projeto Teatro, Pesquisa e Extensão (TPE).

QUEM TEM MEDO DE VIRGÍNIA WOOLF?
Peça de Edward Albee que se debruça sobre a relação de um casal de meia idade, cuja vida em comum é repleta de ressentimentos. Direção de Eve Mendes, com orientação dos professores Francisco de Assis de Almeida Junior e Rodrigo Ruiz. Elenco: Alexandre Borin Antunes, Tefa Polidoro, Karine De Bacco e Marcelo Pinheiro.
Sessões: 2, 9, 16, 23 e 30 de junho (quartas-feiras)
Local e horários: Sala Alzira Azevedo, às 12h30min e às 19h30min
Entrada franca

ONDE?

Museu da UFRGS
Av. Osvaldo Aranha, 277
Fone: 3308-4022

Pinacoteca Barão de Santo Ângelo
Rua Senhor dos Passos, 248 - 1.º andar
Fone: 3308-4302

Sala II do Salão de Ato da UFRGS
Av. Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3066

Sala Alzira Azevedo
Av. Salgado Filho, 340
Fone: 3308-4318

Sala Fahrion
Av. Paulo Gama, 110 - 2.º andar
Fone: 3308-3034

Sala Redenção
Rua Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

Salão de Ato
Av. Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3066

Teatro de Arena
Av. Borges de Medeiros, 835
Fone: 3226-0242

Meu Lugar na UFRGS



FOTOS FLÁVIO DUTRA

Secretária espaçosa

Em maio de 1983, aos 17 anos e recém-formada no curso de Secretariado da antiga Escola Técnica da UFRGS, Eliane Sanguiné recebeu um convite para trabalhar no Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE). Temerosa em assumir tamanha responsabilidade, falou ao então coordenador do Centro de sua inexperiência, ao que ele respondeu: "Sem experiência e também sem vícios".

E, assim, a gurja de Minas do Leão conseguiu um emprego, pois, naquele tempo, o serviço público federal permitia a contratação pelo regime da CLT. "A sala da secretária em que iria trabalhar funcionava no porão do prédio, um lugar escuro e lúgubre, cheio de armários velhos. Odiei! Pensei em fazer um rápido estágio e ir embora em seguida", relembra. Em outubro daquele mesmo ano, ela assumiu a secretária do pioneiro entre os cursos de pós-graduação da Universidade: a Economia Rural. Como sequer sabia direito o que era pós-graduação, dedicou-se a estudar o regimento do curso. "Não queria passar por burra e 'me puxava muito', procurando ler tudo sobre cada assunto", diz Eliane. A secretária recorda que, além da coordenação, os professores e os próprios alunos a ajudaram nos primeiros tempos.

Em 1998, uma mudança no regime para a aposentadoria dos servidores federais levou a maioria dos docentes do curso a se aposentar. O grupo restante, composto por apenas três jovens professores, decidiu encerrar o curso de Economia Rural e iniciar uma nova pós-graduação com uma proposta multidisciplinar - assim nasceu o Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), com o qual Eliane segue colaborando intensamente. "Mantenho um *mailing* bem completo e envio informações aos ex-alunos regularmente por e-mail. Sempre quero saber onde estão as pessoas que passaram por aqui. Isso tem a ver com uma característica minha, pois procuro manter os laços com quem convivi.

Faço isso também na vida pessoal, com os amigos de infância e da escola."

Uma das coisas de que ela gosta em seu trabalho é o fato de atuar em diferentes áreas: "Nunca me entregaram algo pronto para que eu fizesse, sempre fui chamada a participar de tudo".

Nas comemorações dos 100 anos da Faculdade de Ciências Econômicas, Eliane recebeu um troféu como homenagem e ficou preocupada: "Imaginei que já estava em final de carreira e que, de certa forma, me diziam que é hora de dar lugar a gente mais nova. Mas acho que ainda tenho muito que fazer".

Notívaga, sua jornada de trabalho inicia às 10h e se estende algumas vezes até às 22h. O filho Pedro, estudante de Publicidade e Propaganda da Fabico, é o único motivo que a faz sair mais cedo. "Chego em casa depois das 22h, cuido da vida doméstica até a meia-noite e depois retomo os e-mails até as 2h." Questionada sobre se isso não é um exagero, ela responde que já fez terapia e que faz tudo isso não porque seu emprego assim o exige, mas sim porque gosta, porque lhe dá prazer. "Tem gente que faz academia cinco vezes por semana. Para mim, que detesto fazer exercício, isso seria uma violência."

Para Eliane, um dia jamais é igual ao outro. Ela dá uma lição a quem se queixa da rotina: "Se fico trabalhando até mais tarde não me sinto sobrecarregada, pois sei que minha dedicação é valorizada. Não me sinto oprimida, mas 'espaçosa' e estou tão à vontade aqui quanto em minha casa".

Ânia Chala

Esta coluna resulta de uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas com as entrevistas aqui publicadas serão exibidos ao longo da programação do Canal 15 da NET às segundas, terças, quintas e sextas-feiras, a partir das 21h30min.

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história - ou a de alguém que você conheça - com esse local

Perfil Geólogo e artilheiro

Bastidores

Professor do Ceco foi jogador de futebol em Caxias do Sul antes de iniciar a graduação

Quarenta anos atrás, Luiz José Tomazelli teve de fazer uma escolha difícil: ou seguia uma promissora carreira de jogador de futebol em Caxias do Sul, ou vinha para Porto Alegre cursar Geologia na UFRGS. Ele escolheu a segunda opção, mas, apesar disso, o esporte esteve presente na maior parte da sua vida acadêmica. O professor, que é um dos membros mais antigos do Centro de Estudos de Geologia Costeira e Oceânica (Ceco) da Universidade, manteve viva a paixão pela bola, jogando com seus colegas, o que lhe rendeu muitas amizades e troféus.

Natural de Santa Lúcia do Piaí, distrito localizado a 30 km de Caxias, Tomazelli conta que se encantou pelo estudo dos minerais quando cursava o Científico, equivalente ao atual Ensino Médio. "Podíamos optar pelo 3.º ano do curso voltado à medicina, à engenharia ou, olha que coisa incrível, à geologia. Resultado: saiu um monte de geólogos daquela região - só no Instituto de Geociências (Igeo) somos em quatro."

Mas também foi nessa época que surgiu a oportunidade de trocar as rochas pelos gramados: "Durante os três anos do curso, joguei futebol no Grêmio Esportivo Flamengo, que depois mudou de nome e virou o atual S.E.R. Caxias do Sul. Comecei com 16 anos nas categorias de base, mas no último ano já atuava como profissional", recorda. "Eu tinha chance de continuar, mas naquela época o futebol era muito menos prestigiado, diferente de hoje. Então resolvi enfrentar o vestibular aqui em Porto Alegre e larguei o esporte. Mas o pessoal ainda diz que eu podia ter tido uma carreira brilhante."

Tomazelli lembra que não foi fácil tomar a decisão de abandonar o time

caxiense: "A pressão para que eu ficasse era muito grande. Para se ter uma ideia, até hoje na casa da minha família tem um quadro grande em que apareço junto à equipe do Flamengo, só que não fui eu quem levou essa foto pra lá. O presidente e o treinador do clube viajaram 30 km para visitar o meu pai, querendo que ele me influenciasse e me fizesse desistir de vir a Porto Alegre, para assim continuar minha carreira de jogador. Mas meu pai não fez isso porque, naquele momento, eu já estava hipnotizado pela Geologia".

Com bola e tudo - No ano em que o Brasil foi tricampeão mundial, Tomazelli entrou para a UFRGS. E, de cara, saiu marcando gol: "No meu primeiro mês de faculdade, em 1970, fizemos um torneio de futebol de salão e me convidaram para participar do time da Secretaria do Igeo. Nós jogamos contra a equipe do Ceco, e o professor Luiz Martins, que fundou e dirigia o Centro à época, também estava jogando. A partida foi em um final de semana; na segunda-feira, emissários do professor Martins vieram me procurar para me oferecer uma bolsa no Ceco (risos). Eles nem estavam muito preocupados se era um bom aluno ou não, até porque as aulas mal haviam começado. Depois tive de mostrar que não era bom só no futebol".

Por muitos anos, Tomazelli jogou na equipe do seu centro de pesquisas e conquistou diversos troféus. "Nós tínhamos um time muito forte e, no início dos anos 1970, o futebol universitário era muito estimulado. Existiam vários campeonatos entre as universidades e entre os próprios cursos da UFRGS." Mas não se pode ganhar sempre: "Com o time do Igeo, participei da Copa Cauduro, que era patrocinada por uma loja com esse nome. Estávamos bem no campeonato e chegou um ponto em que jogamos contra o time da loja. Só que o jogo era em um domingo, às 9h da manhã, lá em Guaíba. Bom, nós entramos em campo só com nove jogadores. Resultado: tomamos 4x0. Mas o pior é que a extinta Folha da Tarde publicava toda segunda uma página sobre o torneio, e a manchete foi: 'Cauduro faz Geologia entrar terra adentro (risos)'".

Apesar de ter participado de incontáveis partidas, a única vez em que o professor sofreu uma lesão grave foi justamente no aniversário de 50 anos

da Universidade, em 1984. "Na ocasião, fizemos um grande torneio de futebol, e nós estávamos disputando a final contra o time da Física. Aí teve um lance em que um rapaz pulou junto comigo, mas ele caiu em cima da minha perna esquerda, e eu fraturei o perônio. Me levaram na hora pro Hospital de Clínicas; precisei fazer uma cirurgia e até hoje eu tenho dois pinos na perna. Mas em menos de dois meses estava jogando de novo", revela.

Pendurando as chuteiras - Depois de alguns anos e muitos gols, Luiz José Tomazelli chegou à conclusão de que havia levantado canecos suficientes. "À medida que fomos ficando mais velhos, nosso time foi se dispersando, e já faz um tempinho que eu estou parado. Como já virei os 60, estou deixando para o pessoal mais novo assumir. Costumo dizer que quem me viu jogar viu; quem não viu vai ter de acreditar nas histórias."

Desde o semestre passado, Tomazelli está oficialmente aposentado. "Mas sigo na ativa como professor convidado do Ceco e participo do Programa de Pós-graduação em Geociências. Ainda dou disciplinas e oriento três alunos de mestrado e dois de doutorado. Na realidade, continuo muito ligado à Universidade." O que é natural para alguém que está por aqui há tanto tempo porque realmente gosta: "A Geologia estava em alta quando eu me formei, e ninguém saía do curso desempregado. Mas, em vez de ir para uma empresa, preferi fazer mestrado na UFRGS e começar minha carreira como professor. Podia estar agora na Petrobras discutindo os problemas do Pré-Sal como os meus colegas, mas não me arrependo. Gosto do contato com os alunos, tanto que, durante meus 35 anos de sala de aula, nunca deixei a graduação", conta.

Ariel Fagundes, estudante do 6.º semestre do curso de Jornalismo da Fabico

"Quem me viu jogar viu; quem não viu vai ter de acreditar nas histórias"



Gilberto dos Santos (e) e Luiz José Tomazelli (d) foram colegas no time do Ceco, conquistando vários troféus



Abaixo de zero

FOTOS EDUARDO CHACHAMOVICH
 TEXTO MARIA ELISA LISBÔA

O tempo para a máquina trabalhar era pouco: uma hora e meia nos meses de inverno. Apesar do reduzido período de luz, a natureza intocada seduz à primeira vista. O psiquiatra Eduardo Chachamovich registrou a interface entre essa natureza e a população que vive em comunhão com ela. Durante um ano e meio, ele pesquisou as características da população inuit para estudar as causas do suicídio nas comunidades do norte canadense. O que mais chamou a atenção do médico foi vivenciar o diálogo da natureza com o inuit respeitoso. “Não no sentido ‘ecofriendly’, mas sim num respeito genuíno”, afirma. Além de capturar elementos naturais, Eduardo usou a fotografia para aproximar-se das pessoas com as quais realizava as entrevistas. Mesmo utilizando máquina digital, eles nunca pediam para ver o material. “Eu fazia a foto, eles agradeciam e era isso.” Esta edição do JU traz uma entrevista com o pesquisador, que conta toda a trajetória do seu trabalho na página 13.



EDUARDO CHACHAMOVICH É GRADUADO PELA FACULDADE DE MEDICINA DA UFRGS. APÓS CONCLUIR SEU DOUTORADO, ENGAJOU-SE NO PROJETO FINANCIADO PELO GOVERNO CANADENSE NO MCGILL GROUP FOR SUICIDE STUDIES (GRUPO DE ESTUDOS SOBRE SUICÍDIO DA UNIVERSIDADE DE MCGILL), EM MONTREAL.